

12

expedição sagarana

história e memória nas trilhas da coluna prestes



monografia
IFCH UNICAMP

renata xavier b. amaral

expedição sagnarana

história e memória nas trilhas da coluna prestes

renata xavier b. amaral

MONOGRAFIA
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Diretora: Profa. Dra. Nádia Farage

Diretor Associado: Prof. Dr. Sidney Challoub

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Prof. Sidney Chaloub

Coordenação da Coleção Idéias:

Profa. Neri de Barros Almeida

Coordenação da Coleção Trajetórias:

Prof. Dr. Álvaro Bianchi

Coordenação das Coleções Seriadadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira

Coordenação das Coleções Avulsas:

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Coordenação da Coleção Clássicos:

Profa. Dra. Nádia Farage

Representantes dos Departamentos

Profa. Dra. Profa. Neri de Barros Almeida – DH

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP

Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA

Profa. Dra. Nádia Farage – DA

Representantes dos funcionários do Setor: Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris

Representante discente: Vinicius Rezende (pós-graduação) e Paula Berbert (graduação)

Setor de Publicações

Maria Cimélia Garcia – Maria Ap. Palma de Lima – Hilda Sigala Pereira

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana

Projeto da Capa e miolo

Vladimir Vaz Pedroso Junior

Editoração e Finalização capa e miolo

Setor de Publicações do IFCH

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 – Campinas – SP

Tel. (19) 3521.1604/3521.1603 – Fax: (19) 3521.1589

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED

Impressão e Acabamento
Gráfica do IFCH

Renata Xavier B. Amaral

**Expedição Sagarana:
História e Memória nas
Trilhas da Coluna Prestes**

Monografia premiada no XVI Concurso de Monografias (2008)
de alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade
Estadual de Campinas

PROF. DR. ÍTALO TRONCA
Orientador

2009

[banca]

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (orientador)

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

[sumário]

Agradecimentos.....	9
Apresentação.....	11
Introdução.....	13
[capítulo um]	
<i>A marcha da Coluna e os movimentos militares dos anos 1920.....</i>	<i>17</i>
[capítulo dois]	
<i>História oral, memória e história.....</i>	<i>25</i>
[capítulo três]	
<i>A Expedição Sagarana.....</i>	<i>33</i>
[capítulo quatro]	
<i>A Viagem.....</i>	<i>47</i>
. <i>Memórias de um cego [48]</i>	
. <i>Dois encontros com os rebeldes [54]</i>	
. <i>O encontro com os exilados [56]</i>	
Conclusão.....	65
Bibliografia e fontes.....	67

[agradecimentos]

Na última página escrita tenho um registro para me lembrar daqueles que colaboraram para o início do meu trabalho e garantem a sua continuação. Creio que sozinha não seria capaz de chegar até aqui.

Em primeiro lugar, quero demonstrar minha profunda gratidão aos meus pais, Divino e Edileuza, pela compreensão, amor e exemplo concedidos, e pelo “patrocínio” ao longo da graduação. Aos meus irmãos Divino e Rafaela, pela paciência e pela leitura atenta dos esboços.

Sou também muito grata aos inesquecíveis amigos que fiz na Unicamp: André, Flávia, Jaqueline, Leca, Lettícia, Lizandra, Loyane, Máira, Marcelo, Patrícia, Rafael, Raquel, Simone, Valéria.

Ao pessoal de Monte Sião, que confiou seus objetos pessoais a alguém que nem conhecia. Devo meus agradecimentos a José Alexandre Bernardi, José Cláudio Faraco, Nelma Bernardi, Letícia Bernardi, Bernardo e Simone Bernardi e Ronaldo Jaconi. Sou também muito grata ao Leopoldo, por ter me apresentado a *Expedição Sagarana* no final de 2002, pelas cartas, pela compreensão e paciência durante o processo de redação desta Monografia.

Meus agradecimentos também se dirigem à professora Olga von Simson, que autorizou o uso dos equipamentos cedidos pelo Laboratório de História Oral, do Centro de Memória da UNICAMP, essenciais para a transcrição das fitas de entrevistas. Ao apoio dos funcionários do AEL, pela orientação sobre o processo de doação do acervo da viagem.

Não posso me esquecer de agradecer ao professor Fernando Teixeira da Silva pelo apoio, atenção e principalmente pelas aulas de História do Brasil III cedidas para a apresentação do material da Expedição, que contribuíram muito para as reflexões desta pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço também à professora Vavy Pacheco Borges pela atenção, pelos conselhos, críticas e sugestões enriquecedoras para esta pesquisa.

Devo agradecer também ao meu orientador, professor Ítalo Tronca. Sua maneira socrática de lidar com esta aluna sempre perdida foi essencial para o desdobramento dos emaranhados do conhecimento humano. Obrigada

pela confiança. Agradeço também ao SAE/UNICAMP pelo apoio financeiro da Iniciação Científica entre 2005 e 2006.

Sou grata também pela oportunidade de publicação deste trabalho propiciada pela Comissão de Publicações do IFCH, pela leitura cuidadosa de Carolina Hebling e pelo trabalho de Maria Cimélia Garcia e Wladimir Vaz, que cuidou da capa e da diagramação.

Por fim, agradeço a todos os docentes do Departamento de História da Unicamp, por me proporcionar uma excelente formação acadêmica e humana. E, em especial, ao professor Edgar Salvadori De Decca, pela surpreendente leitura do meu trabalho para a banca de defesa desta Monografia em que apontou a possibilidade de aprofundar a reflexão sobre as diversas trilhas abertas pelo estudo sobre a Coluna Prestes.

[apresentação]

Conheci a *Expedição Sagarana* em Monte Sião, Minas Gerais, no dia seis de janeiro de 2003. A ocasião era a visita ao senhor Luciano Bernardi. José Alexandre Bernardi, filho do senhor Luciano, único médico psiquiatra da cidade, encontrava-se na cozinha sentado à mesa e tomando vinho. Conversamos sobre diversos assuntos, até o momento em que ele me indagou sobre as minhas atividades. Disse que estudava História na UNICAMP. Sua reação foi de surpresa: perguntou se eu conhecia a *Expedição Sagarana*, viagem de reconstituição dos vinte e cinco mil quilômetros do trajeto da Coluna Prestes, realizada durante o segundo semestre de 1988 “sem celular, Internet, radar ou GPS, como usam nesses ralis de hoje!”, disse José Alexandre. O resto da visita ficou por conta deste assunto.

Durante a conversa, ele contou-me com ansiedade sobre a realização do projeto de viagem, em companhia dos amigos Cláudio Faraco, fotógrafo e professor de Geografia, e do estudante de Jornalismo, Ronaldo Jaconi. Tiveram também a colaboração de Tobias Ferraz, estudante de História na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e de Francisco Tadeu Ribas, formado em Antropologia pela UNICAMP. Estes não viajaram.

O contato com a Universidade Estadual de Campinas, na ocasião em que José Alexandre especializava-se em Medicina Sanitária, renderam-lhes o apoio do Arquivo e Centro de Documentação Edgar Leuenroth (AEL) ao qual os viajantes prometeram doar todos os itens fonográficos e fotográficos produzidos durante a expedição.

Contudo, a doação não fora efetuada, nem o almejado trabalho em nível acadêmico de divulgação da viagem com estes documentos ao longo dos quinze anos após a sua realização. José Alexandre relatava-me isso com pesar e ressaltava o estado inadequado de conservação das cinquenta fitas de entrevistas feitas com testemunhas da Coluna Prestes, e de cerca de duas mil fotografias tiradas durante a viagem. Contou-me também do estado de degradação relativo às fitas e das tentativas, sem sucesso, de transcrevê-las.

Saí daquela conversa com o propósito de procurar um docente do Departamento de História da UNICAMP para desenvolver o projeto de pesquisa com este material. Depois disso, não tive mais contato com José

Alexandre, mas ele me enviou um dossiê, datado de 1987, sobre os motivos da viagem, com textos, mapa e tabelas.

Durante o período em que tentava encontrar um orientador para esta pesquisa, recebi a notícia da morte de José Alexandre, que se suicidou no domingo de Páscoa, em vinte de abril de 2003. Logo depois, tive um breve contato com a família e resolvi prosseguir com a pesquisa. Encontrei-me então com o professor Ítalo Tronca, que me atendeu prontamente, e preparou uma visita a Monte Sião com o objetivo de convencer os participantes da *Expedição Sagarana* e a família de José Alexandre a cederem o acervo ao Arquivo Edgar Leuenroth, da UNICAMP. Infelizmente, ainda não obtivemos êxito nessa missão.

Após a morte de José Alexandre, o apego afetivo aos documentos tomou os viajantes e familiares. Devemos considerar que os registros de uma viagem com o caráter de aventura e de história são vistos pelos seus detentores como um objeto de recordação de um tempo passado de um ente querido. Desde então, a pesquisa contou com o apoio de Nelma Bernardi, viúva de José Alexandre, de José Cláudio Faraco e de Ronaldo Jaconi. Meu acesso ao acervo ocorre sob a autorização deles.

[introdução]

A presente monografia é o resultado parcial de um trabalho de pesquisa desenvolvido sob a orientação do professor Ítalo Tronca. Diante de uma documentação inédita ao meio acadêmico, procuramos estabelecer um ponto para dar início ao debate sobre os motivos que levaram os três pesquisadores de Monte Sião a reconstituir a marcha da Coluna Prestes, em 1988, e assim, nos debruçarmos sobre as fontes do acervo produzido pelos viajantes José Alexandre Bernardi, José Cláudio Faraco e Ronaldo Jaconi.

O acervo da *Expedição Sagarana* compõe-se de um dossiê, cinqüenta fitas magnetizadas, cerca de duas mil fotografias reveladas em papel fotográfico e *slides*, mapas, livros, revistas, cartazes, adesivos, camisetas, jornais e diários de bordo escritos pelos viajantes. José Cláudio Faraco, fotógrafo da *Expedição*, é o responsável pela guarda dos *slides*, das revistas, dos cartazes e de um diário; Ronaldo Jaconi detém um diário e as fotografias reveladas em papel; Nelma Bernardi guarda em sua casa as fitas magnetizadas e os demais itens da coleção.

Motivos como a variedade de suportes, a fragmentação da sua guarda, e o interesse imediato pelas informações sobre a Coluna Prestes direcionaram a nossa atenção para as fitas de entrevistas¹ e às fotografias. Ao longo do trabalho de transcrição tornou-se necessário delimitarmos os materiais da pesquisa. Detivemos nossa atenção às entrevistas realizadas com algumas testemunhas que presenciaram a passagem da Coluna Prestes, e à entrevista concedida pelos viajantes, antes de partirem. Ademais, neste material fonográfico encontramos abordagens de outros temas e temporalidades, no campo cultural e político das cidades visitadas, de estimável valor científico².

¹ O conjunto guardado na biblioteca de José Alexandre encontra-se bem acondicionado. Contudo, a falta de oxigenação e troca periódica do suporte magnético já afetou parte das gravações que datam de mais de dezoito anos. O trabalho de cópia, transcrição e digitalização deste material constituíram parte das atividades desenvolvidas durante a pesquisa de Iniciação Científica com o apoio financeiro do PIBIC/SAE (julho de 2005 a agosto de 2006).

² No conjunto de entrevistas podemos encontrar relatos e depoimentos de natureza diversa. Temos como exemplo entrevistas concedidas a autoridades políticas das cidades visitadas,

A *Expedição Sagarana* visava, entre outros objetivos, ao levantamento de informações sobre o movimento revolucionário que se estendeu de 1924 a 1927, o que denota o interesse destes viajantes pelo campo da produção de conhecimento. A expedição tinha também o propósito de subsidiar futuras pesquisas acadêmicas com o produto desta triagem. Com a finalidade de uma análise sob os fundamentos teóricos do campo da História, é preciso nos atermos às condições em que estes documentos foram produzidos, dado que o historiador francês Jacques Le Goff, ao refletir acerca da sobrevivência e da produção dos documentos para o estudo da História no texto intitulado “Documento/Monumento”, ressalta a importância da escolha efetuada “pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores³”. Os viajantes em questão não eram historiadores, mas uma vez que estavam envolvidos na produção de fontes para o uso de campos do conhecimento como a História, seria importante observarmos a forma como se efetuaram seus intentos.

Fizemos uso das reflexões teóricas sobre a memória e seus usos pela História para refletirmos sobre as lembranças daquelas testemunhas da passagem da marcha revolucionária, sessenta e três anos após o movimento. Tentaremos nos indagar sobre os desdobramentos da memória individual, relativos aos entrevistados e aos entrevistadores.

Verificamos que o uso de fontes orais por obras historiográficas sobre a Coluna Prestes é restrito. Apenas no final da década de 1980, surgiram trabalhos que se utilizaram deste recurso, como é o caso da tese de doutoramento da historiadora Anita Leocádia Prestes, publicado em 1990. A autora, filha de Luís Carlos Prestes, compara os depoimentos concedidos por seu pai com outras fontes, adotando a postura metodológica marxista em relação ao papel do indivíduo na História⁴. No mesmo período, temos

dado o período de eleições municipais de 1988 para garantir a ajuda com estadia e combustível; crianças do sertão baiano falando sobre ervas medicinais; vítimas do acidente radioativo de Goiânia; arqueólogos; historiadores; indígenas.

³ Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, Ed. da Unicamp, 2003. p. 525.

⁴ Prestes, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 38.

livros publicados por jornalistas, os quais nem sempre possuem o rigor metodológico necessário aos historiadores⁵.

Anita Prestes, ao apresentar seu estudo, sugere a importância de se comparar os depoimentos de Luís Carlos Prestes com entrevistas realizadas junto a remanescentes da época, de diferentes pontos do país, ou ainda, junto a pessoas que são apenas portadoras da *tradição oral* que se formou e que perdura em muitos lugares do Brasil a respeito da Coluna⁶. Contudo, abstermo-nos do uso das entrevistas realizadas por Anita Prestes num trabalho comparativo porque o esforço requeriria um tempo maior de pesquisa.

Propomos evidenciar, por meio das análises das transcrições das entrevistas, das lembranças das testemunhas da Coluna Prestes, a maneira como elas significavam este evento, analisando a *Expedição Sagarana* como uma aventura de fundo histórico.

⁵ Entre os livros escritos por jornalistas, temos: Brum, Eliane. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 1994; Meirelles, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

⁶ Prestes, A., *op. cit.*, pp.43-44. O termo *tradição oral* é utilizado por Jan Vansina em seu livro *Oral Tradition: a study in historical methodology*. Harmondsworth, Penguin Books, 1973.

[capítulo um]

A marcha da Coluna e os movimentos militares dos anos 1920

As entrevistas realizadas pelos viajantes da *Expedição Sagarana*, que foram analisadas neste trabalho, vêm nos oferecer uma interpretação de um episódio histórico marcante via História oral. Para entendermos o tema da Coluna Prestes veremos, neste capítulo, as leituras feitas por historiadores e sociólogos sobre os acontecimentos dos anos 1920, no Brasil.

O exame dos registros referentes à Coluna, mencionados nas entrevistas analisadas nesta pesquisa, requer uma consulta aos estudos a respeito dos levantes militares que abalaram os planos político, econômico e, sobretudo, social, nos anos 1920. O predomínio das oligarquias agrárias – grupos que utilizavam o poder exclusivamente para os seus interesses – no revezamento do poder durante praticamente todo o período da Primeira República¹, naquele momento, é ameaçado pelos efeitos da expansão das classes médias das cidades – funcionários públicos, militares, empregados em serviços e profissionais liberais.

Um dos motivos do conflito se estabeleceu quando este grupo reivindicava um governo cumpridor das leis e normas da Constituição de 1891, de caráter liberal. A exigência demandaria a implantação do voto secreto, a moralização das eleições, a defesa das liberdades individuais, e o nacionalismo difuso – fatores que contrariavam os interesses agrários, representados em sua maioria pelos produtores de café².

O Exército já detinha, na época, o monopólio do serviço das armas no nível nacional³; seus subordinados encontravam-se suscetíveis

¹ Tronca, Ítalo A. *A Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.8

² Cf. Fausto, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p.69; Drummond, José Augusto. *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.09.

³ Carvalho, José Murilo. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, em Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, vol.2, n. 9. 1977., p.195.

à circulação de idéias tais como o curso dos acontecimentos do cenário político, no qual o espaço de atuação reservado a esta organização era restrito. Na dinâmica da Primeira República, as manifestações de descontentamento deste grupo somaram forças com os demais segmentos que se consideravam prejudicados pelas medidas emanadas pelo Poder Executivo.

A insatisfação, no dado período, materializou-se em intervenções marcadas pelo recurso disponível, a violência proporcionada pelos movimentos armados. Ao serem narrados pela historiografia, em alguns casos, emprega-se o termo *tenentismo* para designar estes movimentos organizados, não pelos militares de alta patente, mas por oficiais de nível intermediário – a exemplo dos tenentes e capitães – que recorreram às armas numa atitude de contestação do poder estabelecido⁴. Estes militares da baixa oficialidade do Exército, designados em momento posterior como *tenentes*, tiveram posição destacada no conflito político-social esboçado ao longo dos anos 1920. A percepção dos grupos sociais divididos em classes⁵ segue a orientação teórica marxista que caracterizou os primeiros trabalhos sobre a Primeira República.

O sociólogo Virgínio Santa Rosa promoveu um dos estudos inaugurais dedicados à atuação dos militares na política nos anos 1920 e nos acontecimentos de 1930. Publicado em 1933, *O sentido do tenentismo* impulsionou interpretações posteriores sobre o tema e indicou a dinâmica da Primeira República como resultante da oposição entre as oligarquias rurais – nas figuras da burguesia cafeeira e de seus aliados – e as classes médias urbanas (funcionários públicos, militares, empregados em serviços e profissionais liberais).

Segundo o autor, o seguimento das forças armadas, na ausência de uma representação política organizada pelas camadas médias urbanas, iniciou uma série de medidas voltadas para a reivindicação de um espaço de atuação

⁴ Fausto, B., *op.cit.* p.57. Ferreira, Marieta de Moraes; Pinto, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p.12. e Campoi, Isabela Candeloro. *A Coluna Prestes: práticas cotidianas em uma guerra de movimento 1927-1927*. Assis, 2001. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP.

⁵ A divisão destes segmentos sociais em classes segue orientação teórica marxista. No primeiro capítulo de sua tese intitulada *Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, a historiadora Maria Cecília Spina Forjaz atenta para as divergências

política, numa dinâmica restrita e excludente. Esta linha de interpretação distinguia o desempenho dos militares no papel de vanguarda política dos setores em desvantagem representativa devido às suas origens na classe média ou baixa propiciando-se, assim, as articulações sociais.

Tributário desta primeira corrente interpretativa, Nelson Werneck Sodré, historiador e ex-militar, partilha da idéia relativa à postura dos militares frente aos setores médios, na ausência de porta-vozes dos grupos interessados na reforma política:

(...) reformismo tenentista é expressão política da pequena burguesia brasileira, vanguarda aguerrida da ascensão burguesa. Vanguarda possível, naquela fase histórica da vida brasileira, quando outras camadas ou agrupamentos da pequena burguesia – clero, estudantes, camponeses – não apresentavam as mesmas condições, como ocorreu em outros países⁶.

Na mesma linha, o historiador Edgard Carone, ao elencar os motivos das revoltas armadas que se estendem de 1922 a 1927, período considerado por ele como a fase heróica do tenentismo, associa aos *tenentes* a idéia de representantes da “*ideologia*” das *classes médias*, a *formulação caótica e vaga* no programa reivindicativo de seus autores, e a dependência das circunstâncias históricas⁷.

Na segunda corrente interpretativa, que se manifesta por volta da década de 1970, percebe-se o esforço dos estudiosos em compreender o arranjo destes segmentos sociais envolvidos nas análises explicativas. Delas

estabelecidas na conceituação dos setores intermediários da sociedade brasileira, segundo ela, relacionados aos “*proprietários do capital e os assalariados manuais, rurais ou urbanos. Alguns referem-se a classes médias ou mesmo pequena burguesia e outros negam-se a atribuir a esses grupos sociais intermediários o conceito estrito, de acordo com a tradição marxista, de classe social. Apesar dessa divergência inicial, ambas as correntes interpretativas originam-se de um mesmo quadro de referência teórico marxista*”. (Forjaz, M., op. cit., São Paulo: FFLCH, 1974 – mestrado. p.10)

⁶ Sodré, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análises e depoimentos*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p.27

⁷ Carone, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1975. p.65

propicia-se a revisão sobre a postura tutelar dos *tenentes* em relação aos anseios das classes médias urbanas no cenário político. Uma vez separadas e analisadas como objetos de estudo, as categorias sociais revelariam comportamentos distintos. O historiador Boris Fausto, por exemplo, aponta no arranjo autoritário e elitista da organização militar a invalidação de qualquer empatia com as camadas médias urbanas, cuja ideologia seria a liberal⁸. O autor estabelece uma linha de desenvolvimento do tenentismo em que nela existe um corte, efetuado pela ruptura de Luís Carlos Prestes em maio de 1930, e uma inflexão, após os acontecimentos de outubro daquele ano. Nos anos 1920, fora da máquina do Estado, os *tenentes* lutavam contra o poder; “depois, realizaram uma experiência de governo, ao lado de outras forças.”⁹

Por sua vez, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, que toma como objeto de análise as classes médias urbanas, oferece-nos a seguinte reflexão:

Se na etapa correspondente à Primeira República no Brasil, a grande expectativa que se coloca no desempenho das classes médias é o de uma prática política numa perspectiva antioligárquica e antiindustrializante, depois da Segunda Guerra Mundial se imputará à classe média uma vocação “democrática” (...). Na verdade, na Primeira República, o que estava em causa era o alargamento do bloco no poder para a entrada de novas classes emergentes numa sociedade, diante da defesa e da dominação do projeto governamental pelas amarras de um agrarismo conservador¹⁰.

O pertencimento à corporação militar passa a ser também uma variável das análises sobre a ação dos militares, e do movimento tenentista, nas interpretações geradas nos anos 1970. Nelas, o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação de quadros é visto

⁸ Cf. Fausto, B. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

⁹ Fausto, B. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. In: Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, vol.2, n. 9. 1977. p.411

¹⁰ Pinheiro, Paulo Sérgio. “Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política.” In: Fausto, Boris (org.). *op. cit.*, p.27.

nos estudos de Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho¹¹. O cientista político se volta para os aspectos internos da composição das forças armadas no Brasil desde o período colonial, atentando, no entanto, para as mudanças sofridas pela instituição durante a Primeira República. Nesta perspectiva, o conteúdo das reivindicações não teria relação com a origem social dos soldados, mas com a inserção destes nas estruturas das forças armadas. Em momento posterior, o cientista político José Augusto Drummond observou nas manifestações militares rebeldes “a defesa de um papel *político* especial para o *Exército brasileiro*, como árbitro e salvaguarda última do regime republicano e da própria sociedade”, apontando assim como insuficientes as explicações centradas nas origens sociais dos militares e na crise política civil¹².

A latência de traços autoritários e elitistas, tendendo para a forma ditatorial, incutida na prática política dos militares rebeldes na Rebelião de 1924 em São Paulo, é localizada sob a análise da historiadora Anna Maria Martinez Corrêa¹³. Nesta linha, a socióloga Maria Cecília Spina Forjaz defende a hipótese de que o tenentismo assumiu um papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas para contestar a dominação oligárquica, portando o caráter autoritário:

Esse papel foi preenchido por um setor da burocracia estatal, os militares, que embora integrantes das camadas médias urbanas, possuem uma autonomia própria, advinda de suas funções no aparelho de Estado. (...) o tenentismo é liberal-democrata, mas manifesta tendências autoritárias; busca o apoio popular, mas é incapaz de organizar o povo; pretende ampliar

¹¹ Cf. Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de uma identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976/ Carvalho, José Murilo. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, em Fausto, Boris (org.).op. cit.; Gomes, Ângela de Castro e Ferreira, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.p. 258

¹² Drummond, José Augusto. *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.12¹⁹ Corrêa, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976. pp. 56-57.

¹³ Corrêa, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976. pp. 56-57.

a representatividade do Estado, mas é também uma perspectiva elitista; representa os interesses imediatos das camadas médias urbanas, mas se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade brasileira¹⁴.

A crítica às conceituações que nortearam o discurso historiográfico acima exposto estão presentes nos trabalhos do historiador Edgar de Decca, em *O silêncio dos vencidos*¹⁵ e da historiadora Vavy Pacheco Borges, no livro intitulado *Tenentismo e revolução brasileira*. Em seu estudo sobre os militares no cenário político, publicado em 1992, a historiadora discute o termo *tenentismo* e indica o emprego deste em 1931, período que antecedeu a chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo. O conceito, sob a leitura do livro de Santa Rosa, *O Sentido do Tenentismo*, consiste em uma criação sociológica, camuflando o seu caráter de arma política¹⁶, portanto, problemático para explicar a ação dos militares nos seus estudos sobre São Paulo.

Já no estudo de Edgar de Decca, é avaliada a força da idéia da revolução de trinta como um marco divisor da história do Brasil. O autor discute a operação de historiadores que, sob a memória histórica da revolução de trinta, polarizou agentes, opondo assim a burguesia e a representação política da classe operária, silenciando a atuação desta última na construção da revolução¹⁷.

No que diz respeito aos levantes militares dos anos 1920, na cidade de São Paulo manifestou-se um grande movimento de insatisfação contra o governo, que eclodiu no dia cinco de julho de 1924, propositalmente dois anos depois do episódio dos 18 do Forte de Copacabana. Organizado pelos jovens oficiais, com a colaboração dos soldados da Força Pública de São Paulo e sob a liderança do general reformado Isidoro Dias Lopes, o movimento tinha como objetivo expresso derrubar o governo do presidente

¹⁴ Forjaz, M. C. S., *op. cit.*, São Paulo: FFLCH, 1974, p.28.

¹⁵ De Decca, Edgar. *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁶ Borges, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.224.

¹⁷ Decca, E., *op. cit.*, p.110.

Artur Bernardes¹⁸. O estado de sítio, a censura e o autoritarismo reinante marcavam a situação política do país¹⁹.

A tentativa de dominar a segunda cidade do país ocorreu sob forte contra-ataque das forças organizadas pelo governo, obrigando os revoltosos a se retirarem da cidade após 23 dias de guerra civil durante o mês de julho. Deslocando-se pela estrada de ferro pelo interior do estado, os comandados de Isidoro desembarcam em Bauru e iniciam uma caminhada, adaptando os planos a partir da posição inimiga²⁰. Em outubro de 1924, em meio aos combates, a “coluna paulista” se fixa no oeste do Paraná, consolidando assim um perímetro de resistência entre Guaíra e Foz do Iguaçu²¹. Enquanto empreendem combates com as tropas governistas, os revoltosos aguardam o reforço que viria dos levantes do Rio Grande do Sul, iniciados em outubro daquele ano.

O encontro ocorre em Abril do ano seguinte, quando as tropas lideradas pelo capitão Luís Carlos Prestes e pelo tenente Siqueira Campos alcançam os rebeldes paulistas. Desta união, decisiva para a continuidade do movimento, forma-se a chamada Coluna Prestes²².

Anita Prestes ressalta o caráter popular das fileiras que compuseram a Coluna no seu sucesso estratégico pois, configurando-se como a maioria, a atuação destas seria mais efetiva do que a dos “tenentes”, jovem oficialidade revolucionária, responsável pela formação e direção das tropas:

(...) é evidente a origem marcadamente popular a esmagadora maioria dos seus combatentes, fator que, combinado com a participação ativa de cada soldado rebelde na aplicação da tática da guerra de movimento, contribuiu de maneira decisiva para que a Coluna Prestes viesse a ser um exército de características populares²³.

¹⁸ Drummond, José Augusto, *op. cit.*, pp. 22-23.

¹⁹ Campoi, I. C., *op. cit.*, pp. 9-10.

²⁰ *Ibidem*, pp. 9-10.

²¹ Drummond, J., *op. cit.*, p.24.

²² Encontramos na historiografia outras denominações tais como Coluna Miguel Costa-Prestes e Coluna Invicta.

²³ Prestes, A., *op. cit.*, p.313.

Em vista das discussões sobre a produção de documentos orais e seu uso pela historiografia para alcançar os registros da memória individual, e dos registros historiográficos sobre os movimentos militares de 1920, vamos nos ater aos efeitos políticos da coluna revolucionária em vista dos depoimentos concedidos aos viajantes pelas testemunhas.

[capítulo dois]

História oral, memória e história

Falar da *Expedição Sagarana* é falar de História oral. As entrevistas realizadas pelos viajantes José Alexandre, José Cláudio e Ronaldo, sobre a Coluna Prestes, motivou-nos a refletir sobre a metodologia de pesquisa.

O uso de fontes orais decorre da História oral como metodologia, não como um campo do saber. O método, segundo a historiadora Verena Alberti, consiste “na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente¹.” A invenção do gravador de fita, em 1948, possibilitou a constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, atribuindo, assim, um sentido moderno para a técnica².

As fontes orais consistem no registro parcial da memória, e as declarações, produtos da escolha e seletividade psíquica do depoente, não devem ser consideradas como a própria História³. Nesse sentido, tentaremos identificar como se estruturou o uso de fontes orais pelos historiadores na fundamentação dos objetivos do fazer histórico.

Pesquisas realizadas com este método empírico, como conhecemos, foram difundidas a partir das universidades. Entretanto, seu advento na abordagem historiográfica é um dos reflexos das transformações ocorridas no campo da disciplina. No século XIX, por exemplo, para “dar conta do que realmente se passara” a perspectiva da escola metódica impunha o uso de documentos escritos para o estudo da História – esta, na concepção da época, pertenceria apenas às sociedades que conheciam a escrita – preconizando-se, assim, o escrito em detrimento do oral, bem como o passado remoto em detrimento de temas contemporâneos, para que a subjetividade não interferisse no trabalho do historiador⁴. Nesse sentido, as historiadoras Maria de Lourdes

¹ Alberti, Verena. “Histórias dentro da História”. In: Pinsky, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.155-202, p.155.

² Alberti, V., *op. cit.*, p.155-156.

³ *Ibidem*, p. 158.

⁴ Cf. *ibidem*, p.163. e Bourdê, Guy e Martin, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1983, p.114

Janotti e Zita de Paula Rosa identificam esta restrição ligada ao ensino institucionalizado da História no período:

A Universidade torna-se o lugar privilegiado do exercício do poder da competência, formalizado em normas e preceitos metodológicos científicos, criador de códigos de linguagem quase exclusivos. Isso não eliminou a produção do saber histórico em outros espaços culturais, mas conferiu hegemonia e reconhecimento social à produção acadêmica. A Universidade cria um saber, defende-o e institucionaliza-o, apregoando o postulado de que não há história sem documentos escritos⁵.

No século XX, a *Annales d'Histoire Économique et Sociologie*, revista fundada em 1929, na França, manifestava sua preferência aos estudos das fontes quantitativas, seriais, e criticava a abordagem restrita aos documentos escritos. Um dos diretores da “Escola dos Annales”, o historiador Lucien Febvre, além de empreender tal crítica, aconselhava a consulta aos fundamentos das ciências vizinhas, tais como a Lingüística e a Etnografia⁶.

O exemplo de Febvre indica uma mudança na historiografia francesa que, em meio às crises políticas do início do século XX, encontrava-se diante de um impasse quando procurava dar conta da pluralidade do real, recorrendo assim, entre outras soluções, à interdisciplinaridade. Nessa dinâmica, o estudo acadêmico da memória coletiva também sofre grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas⁷.

Na esteira dessa produção, e no sentido de verificarmos como se deu a abordagem da memória coletiva pela História, recorreremos ao estudo sobre a memória e História, efetuado por Maurice Halbwachs na obra *A memória coletiva*, em que temos a reflexão do sociólogo francês sobre os quadros da memória individual (autobiográfica) e coletiva (histórica), sendo a primeira categoria de memória definida como *peçoal*, e a segunda, como *social*. Apesar

⁵ Janotti, Maria de Lourdes Mônaco & Rosa, Zita de Paula. “História Oral: uma utopia?” *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, São Paulo: set.92/ago.93, pp.7-16, p.9.

⁶ Bourdê e Martin, *op. cit.*, p.121

⁷ Le Goff, *op. cit.*, p. 466.

de distintas, existe uma interdependência entre elas, a primeira se apóia na segunda “pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral”⁸. Neste caminho, Halbwachs nos oferece a possibilidade de pensar na vivência individual e na forma como se processa a interiorização dos significados constituintes da rede de significações sociais que engendram a memória.

A obra de Halbwachs é publicada em 1950, após o seu assassinato pelos nazistas em 1945. Nela, encontramos o prefácio de Jean Duvignaud, em que se nota a reflexão sobre a memória e a duração em momentos de ruptura da continuidade histórica, a exemplo da Primeira Guerra Mundial. Frente a um cenário de destruição e constante ameaça de perda da identidade, com a perda das cidades, atribuindo a sensação de ruptura do passado com o presente, a memória se colocaria como uma estratégia de sobrevivência emocional⁹.

A existência do grupo social portador do conhecimento relativo a um conjunto de costumes condicionaria a sobrevivência destes pela memória coletiva. Com o fim do grupo, a memória também desapareceria. Para Halbwachs, a partir da inatividade desta tradição, caberia à História, portanto, a função de registrar os vestígios deste conjunto de costumes que alimentam a memória coletiva, quando se encontrassem distantes do presente e sem perspectivas de reavivamento:

(...) a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa, desperta somente quando eles já estão muito distantes do passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo, ainda em torno de si, muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança¹⁰.

⁸ Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p.55.

⁹ Halbwachs, M., *op. cit.*, p.12 e D´Alêssio, Márcia Mansor, “Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora”. In: *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, São Paulo: set. 92/ago.93, pp.97-103, p. 97.

¹⁰ Halbwachs, M., *op. cit.*, p.80.

A História se colocaria frente à perda da referência afetiva, característica destes costumes que ligam à comunidade, recorrendo à escrita, na “narrativa seguida”. A sua linearidade conferiria então o caráter limitador do dinamismo das lembranças:

Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores (...) quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem¹¹.

Em vista do estudo da memória coletiva, o recurso à história oral como metodologia – em que o tratamento interdisciplinar é necessário às interpretações de evidências orais – começa a ser considerado em meio às transformações aqui discutidas. Os traços destas mudanças são percebidos como decorrentes dos processos sociais e intelectuais ligados à Segunda Guerra Mundial. Com o fim desta, é notada a utilização massiva daquelas fontes pelos grupos nacionais ou classes sociais sem (ou com escassa) história escrita, que passavam pelo processo de descolonização, ou por aqueles que buscavam fenômenos concretos do passado bélico, como o holocausto judeu, entre outros¹².

Os historiadores supunham o acesso, pela primeira vez, às experiências de grupos que haviam sido condenados ao silêncio, ocultados, em boa medida,

¹¹ *Ibidem*, p.80-81.

¹² Jacques Le Goff aponta que nos Estados Unidos foram criados, entre 1952 e 1959, grandes departamentos de *Oral History*. Em seguida, o Canadá, a Inglaterra e a França também se organizam em sociedades de estudo voltadas para a metodologia. As abordagens da memória coletiva envolviam temas como a história operária, fundamental para a renovação dos estudos da história social e que conciliou trabalhos de historiadores e sociólogos. Em outros campos da memória coletiva, podemos encontrar os historiadores e antropólogos envolvidos com novos métodos como a “histórias de vida”, desenvolvidos na África e na Europa. In: Le Goff, *op. cit.*, p.468.

pela História, afastados da documentação mantida nos arquivos¹³. O trabalho de registro da História, por meio dos estudos das fontes orais, propiciou uma espécie de revisão do caráter de estabilidade, pautada pela memória oficial, em que se tem a idéia de um processo concluído, consolidado em seus significados, e já internalizados pelo senso comum. Em oposição, como nos indica a historiadora Lucília Neves, a história oral consiste em um processo aberto, passível de reinterpretações e de absorção de novos significados sociais, especialmente daqueles que a história oficial excluiu e negou no seu processo constitutivo e de divulgação¹⁴.

Neste sentido, insere-se aqui a reflexão do historiador francês Pierre Nora, em que se discute a cisão entre a memória e a história. A memória é considerada um elemento vivo, dinâmico, em constante evolução, um elo vivido no eterno presente e que remete ao campo emotivo. Por outro lado, a história preocupa-se com as continuidades temporais que demandam discurso crítico, uma operação “intelectual e laicizante”¹⁵, destruidora da espontaneidade. Para o autor, a relação que a sociedade contemporânea estabelece com o passado, pelo esforço em historicizá-lo de forma a eleger lugares para a memória, é um dos indícios de sua conseqüente ruptura com o tempo presente:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido¹⁶.

O nosso trabalho insere-se nesta linha teórico-metodológica e, para tal objetivo, o uso das entrevistas se daria em contraposição ao discurso

¹³ Garrido, Joan Del Alcàzar i, “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”. In: *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, São Paulo: set.92/ago.93, pp.33-54. p.35

¹⁴ Neves, Lucília de Almeida. “História Oral: memória e política”. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 12, dezembro, 1993, pp. 95-103. p.102

¹⁵ Nora, Pierre, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.º 10, pp. 7-28, dez. 1993, p. 9

¹⁶ Nora, P., *op.cit.*, pp. 8-946 Janotti e Rosa, *op. cit.*, p.8.

homogeneizador, que não reconhece a pluralidade das diferentes versões sobre os acontecimentos, e às explicações globalizantes, fundadas em documentos escritos¹⁷, pois a recuperação de informações que não se encontram registradas em documentos de outra natureza torna-se uma possibilidade. Portanto, a história oral, como afirma Neves, mostra-se incompatível com as grandes generalizações das experiências humanas. Seu objetivo é de mostrar o singular, apresentar uma visão particular de um processo específico, mesmo que coletivo, evitando-se na relativização dos conceitos já estabelecidos a universalização das experiências humanas¹⁸. Na procura pela identidade por meio dos registros da memória individual, as declarações podem reforçar os sentimentos de vinculação social a grupos ou instituições, contribuindo assim, nas palavras de Neves, “para a reprodução da coesão coletiva através da consolidação de tradições e do reforçamento de crenças, idéias e sentimentos”¹⁹.

O registro das declarações individuais, no âmbito político, pode ser relevante na localização dos elementos constitutivos da identidade nacional, uma das preocupações notadas entre as declarações dos viajantes e dos seus entrevistados:

Desde a formação do Estado Nacional, a memória histórica se compõe de conjuntos de lembranças consagradas por grupos amplos e participantes do poder delineando configurações nacionais abrangentes. Essas configurações revelam-se nos depoimentos pessoais, constituindo-se em representações definidoras dos laços de identidade em que o indivíduo se referencia. Quase sempre dizem respeito à ação, à política e à vida pública²⁰.

No processo de entrevista temos a relação entre entrevistado e depoente, mediada pelo historiador. Como nos indica Neves, o processo retrospectivo em que é reconstituída a história em uma ação simultânea de reavaliação da

¹⁷ Janotti e Rosa, *op. cit.*, p. 8.

¹⁸ Neves, L. A., *op. cit.*, p.96.

¹⁹ Neves, *op. cit.*, p.101

²⁰ Janotti e Rosa, *op. cit.*, p.12

mesma, é relevante para ressaltarmos o caráter subjetivo da produção deste tipo de documento²¹.

O historiador, ao ouvir histórias de vida, compartilha o fazer da história, conduzindo o processo constitutivo do documento em uma dinâmica interativa entre a experiência individual e o fio histórico mais amplo. O documento de história oral é, portanto, uma versão e não uma objetiva reconstituição de acontecimentos²².

Ainda sobre este tipo de fonte, a historiadora Verena Alberti reitera que as entrevistas se tratam de uma fonte passível de interpretação e análise. Elas não dão conta do passado²³. Podemos encontrar diversas temporalidades a partir desta produção exercida no tempo presente. Aborda-se uma outra época através do tempo passado do entrevistado intermediado pelo seu tempo presente, compartilhado pelo entrevistador, ou como nos indica Neves, “fala o depoente de hoje e, ao mesmo tempo, o sujeito histórico, o personagem ou a testemunha de um outro tempo”²⁴.

Em busca de se estabelecer algumas evidências da possibilidade do uso das entrevistas realizadas pela Expedição em uma pesquisa de História, fizemos este panorama na tentativa de se identificar a relação entre o uso dos documentos orais pelos historiadores e a sua produção pelos viajantes, abstendo-nos do estabelecimento de analogias diretas, pois não dispomos de registros para tal. Em meio a este debate, notamos que no Brasil, o interesse pela história oral se deu em meados da década de 1970, e que, a partir de 1980²⁵, Alberti registra o surgimento de núcleos de pesquisa e programas de História oral voltados para objetos e temas diversos de estudo.

²¹ Neves, L. *op. cit.*, p.96.

²² *Ibidem.*, p.96.

²³ Alberti, Verena. *op. cit.*, p.158.

²⁴ Neves, *op. cit.*, p.96.

²⁵ “Em meados da década de 1970, mais precisamente em 1975, a História oral chegou ao Brasil. De 7 de julho a 1º de agosto daquele ano, foi realizado o I Curso Nacional de História Oral.” In: Alberti, V., *op. cit.*, p.160.

Um levantamento realizado pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) entre 1988 e 1989, período no qual foi realizada a *Expedição*, “revelou a existência de pelo menos 21 instituições de pesquisa que se dedicavam a trabalhos com a História oral em dez Estados diferentes”²⁶. Tornava-se então uma constante a preocupação com a História contemporânea brasileira naquele momento de mudanças no cenário político nacional.

²⁶ *Ibidem*, p. 161.

[capítulo três]

A Expedição Sagarana

Na tentativa de se compreender os motivos da Expedição Sagarana, viagem que percorreu cerca de vinte e cinco mil quilômetros pelo interior do país, vamos seguir os vestígios deixados pelos organizadores do seu projeto. Veremos nos registros deixados pelos viajantes como eles significavam este momento em que promoveram a expedição. A leitura do conteúdo transcrito das fitas de entrevistas e do dossiê escrito pelos viajantes consistiu no caminho escolhido. Iniciamos pela consulta ao Dossiê¹, escrito em 1987 por José Alexandre Bernardi e José Cláudio Faraco, que nos permitiu acompanhar o processo de elaboração da viagem. Os tópicos do índice são orientados por temáticas como o “Resumo histórico da Coluna Prestes”; “Guimarães Rosa: um apaixonado pelo sertão”, dedicado à inspiração literária da viagem e que justifica a origem do seu título; atividades previstas; experiências de pesquisa científica nos campos da Etnografia, História, Medicina Sanitária, Geografia, Espeleologia, Ecologia; Fotografia; roteiro; “Bibliografia” e “Anexo”².

Sob a epígrafe “O Coração tem razões que a própria razão desconhece”, de Pascal, o item “Histórico e objetivo da Expedição Sagarana”³ narra a formação de um grupo, em 1986, composto por profissionais de diferentes áreas e que “depara-se com uma paixão: a aventura (...). Paixão pela vida, paixão pela natureza, paixão pela mudança”⁴. Concretizava-se então a Operação Tatus II, um experimento de permanência em um ambiente subterrâneo, a Gruta do Padre. Durante mais de trinta dias, o grupo composto pelo fotógrafo

¹ Bernardi, José Alexandre (org.). Dossiê. *Expedição Sagarana: história e memória nas trilhas da Coluna Prestes*. Monte Sião, MG, não publicado, 1988. A composição física é simples (apesar de ser escrito em computador, um privilégio para o final dos anos 1980) encadernado em espiral plástico, com 49 páginas e a capa estampada com a logomarca do projeto.

² *Ibidem*, p. 03

³ *Ibidem*, p. 04.

⁴ *Ibidem*, p. 04.

Cláudio Faraco, pelo médico, José Alexandre, e outros não identificados, da área da Paleontologia, Arqueologia e Geologia viveram, nas palavras do médico, “cinco semanas de êxtase, mas de conflitos e disciplina”. A experiência deixou a certeza de que “a paixão tinha que continuar, a aventura da inversão do cotidiano haveria de emergir e que uma nova expedição, isto é, um novo momento de aventura, paixão e mudança do dia a dia retornaria com um novo projeto⁵”.

A vivência na Gruta do Padre, no município de Santana, estado da Bahia, teve a divulgação do Fantástico, programa dominical da Rede Globo de Televisão, com destaque para a quebra do recorde sul-americano de permanência em cavernas⁶. O novo projeto consistia também em uma viagem, contudo, a diversidade de ambientes era necessária para atingir seus objetivos⁷:

(...) acontecimento de certo passional, um ritmo de inversão, mas sobretudo é um acontecimento que comporta em si prospecções espeleológicas, documentários fotográficos e um roteiro etnográfico. Natureza, arte e cultura fundem-se nesse acontecimento passional para que nele apareça o homem. Isto é, apareça a concretude da experiência⁸.

Podemos ter acesso à expectativa dos viajantes sobre a Expedição Sagarana também na entrevista concedida por José Alexandre Bernardi, Cláudio Faraco e Ronaldo Jaconi em abril de 1988, em Monte Sião, para um jornal homônimo. Na declaração a seguir, José Alexandre conta sobre seu interesse pelo trajeto da viagem.

(...) ninguém fez o trajeto da Coluna Prestes, que foi a maior marcha histórica do Brasil, né? Uma das maiores marchas militares da história da humanidade (...). E vem ao encontro de nosso interesse. Primeiro: pela peculiaridade de passar só pelo sertão, que uma das grandes paixões nossas

⁵ *Ibidem*, p.04

⁶ Informação presente na entrevista concedida no dia 01/04/1988 ao jornal *O Monte Sião*. Fita 1, lado A.

⁷ Faraco, José Cláudio. “Espeleologia”. In: Bernardi, *op. cit.*, p.19.

⁸ Bernardi, *op. cit.*, p.04.

é o sertão brasileiro. Então, a Coluna Prestes vai só pelo sertão. Então a idéia cruzou aí, quando nós voltamos do Tatus II, a gente queria fazer a viagem, mas não sabia como, qual o roteiro, o Placinho [Plácido Bernardi, primo de José Alexandre] dá a idéia: seguir a Coluna Prestes. A partir dessa idéia a gente começou a trabalhar no projeto⁹.

Com o roteiro estabelecido, as atividades de preparação centraram-se no levantamento de informações a partir da bibliografia sobre a Coluna Prestes. O trabalho durou doze meses e ofereceu subsídios para preparar o projeto e o mapa de um caminho adaptado para ser percorrido somente em estradas. Assim, como nos indica a historiadora Thaís Pimentel, a viagem toma traços de contemporaneidade pela sua opção autônoma e a forma de acesso a um novo mundo material e objetivo¹⁰.

Os viajantes, em posse destes dados, almejavam então atuar na sociedade na condição de sujeitos produtores e divulgadores do conhecimento para a transformação da realidade. A tentativa de se interferir na dinâmica da sociedade seria desempenhada pelo levantamento de dados para subsidiar a produção de um conhecimento sobre o país:

Como a gente vai produzir um conhecimento crítico sobre o Brasil, a gente pretende que esse conhecimento crítico contribua para a transformação da sociedade brasileira. Então é claro que a parte de Ecologia é denúncia pura, né? A parte médico-social é denúncia, mas denúncia com o conhecimento, que esse conhecimento possa transformar em ação transformadora. Não denúncia pura e simplesmente como a grande imprensa faz¹¹.

Revela-se aqui a manifestação política de um grupo pequeno, mas que pode nos oferecer elementos para refletirmos sobre um determinado segmento da sociedade civil. Ações como a busca de apoio em veículos de comunicação

⁹ Fita 01, lado A. Entrevista ao jornal *O Monte Sião* concedida no dia 01/04/1988.

¹⁰ Pimentel, Thaís Velloso. "Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras." In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 25, jul./01, p. 81-120. p.84.

¹¹ Fita 01, lado A. Entrevista ao jornal *O Monte Sião* concedida no dia 01/04/1988.

e instituições como universidades para elucidar os problemas pontuais da sociedade na área da saúde e meio ambiente, por exemplo, na forma de uma expedição com propósitos científicos, denotam elementos que podem nos oferecer, de forma sutil, referências sobre o cenário político do país no final dos anos 1980, marcado pela chamada transição entre os regimes autoritário e democrático de governo.

Nas fontes produzidas pela Expedição e disponibilizadas para esta pesquisa, não existem referências diretas ao período em que o Poder Executivo ficou nas mãos de militares, entre 1964 e 1985. Contudo, ao menos os traços identificados por estudiosos sobre o assunto podem ser percebidos neste conjunto de declarações deixadas pelos viajantes. Guillermo O'Donnel, por exemplo, ao refletir sobre o período de transição política, enumera manifestações da sociedade civil como o "aparecimento repentino de livros e revistas dedicados a assuntos há muito suprimidos pela censura; a conversão de antigas instituições (...) a emergência de organizações de base, que articulam exigências há muito reprimidas ou ignoradas pelo regime autoritário". O autor ainda ressalta, na publicação de 1988, que "pode ser útil distinguir algumas dimensões desta inesperada (e, em certos casos, sem precedentes) ressurreição da sociedade civil¹²".

Temporalidades diversas se entrecruzariam sob o roteiro da viagem. Determinadas as tarefas da Expedição, definia-se o enfoque pelas referências culturais suscitadas pelo estudo do trajeto. Estes referenciais sofreriam então uma abordagem de essência passional:

Que roteiro traçar? A História, na sabedoria que lhe é implícita, ofereceu-nos o trajeto da Coluna Prestes que ora completa sessenta e três anos. Isto é, o Projeto Sagarana é uma expedição que a partir da série-natureza, arte e etnografia tentará recompor uma imagem a ser contrastada com a de Lourenço Moreira Lima, cronista da Coluna. Serão aproximadamente 30 mil quilômetros de paixão, trabalho e história. De São Luiz Gonzaga (RS)

¹² O'Donell, Guillermo. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988, p.85

a San Mathias, Bolívia, 14¹³ Estados, onde a paixão pelo Brasil, por suas diferenças regionais, desigualdades sociais, estilos culturais, oferecerá uma lembrança de certo tímida, limitada, porém própria da mensagem histórica que a Coluna nos legou¹⁴.

A “lembrança tímida” e “limitada”, seria um dos traços que caracterizava o legado da memória da Coluna expresso pelos viajantes, nortearia as expectativas do resultado da busca pelo conhecimento outrora negado pelas forças detentoras da divulgação do saber histórico. A concretude do empreendimento passional realizar-se-ia pela produção de documentos, pelo registro da ação projetada pelo plano abstrato, ao mesmo tempo em que seria prova de um levantamento de caráter científico, uma experiência da razão. O registro de “imagens culturais, documentos e ilustrações de uma paixão que se quer eterna” seria o contato estabelecido pelo o desejo e a realização. Com a vinculação de um episódio guardado pela História, a viagem passa a ter uma carga emotiva pela possibilidade de concretização de um desejo de aventura, um indício da possibilidade de liberdade¹⁵.

Nesse sentido, nomear um projeto dotado de elevada carga emotiva demandou uma inspiração abstrata encontrada na Literatura. Ao nomeá-la como uma grande saga, a viagem toma o caráter de epopéia, dotada de ações e feitos memoráveis para serem eternizados. Propõe-se o exercício de reconhecimento da nação tomando como referência as atividades empreendidas por um escritor e um militar que se insere na vida política.

Por que Sagarana? Por que justapor Guimarães Rosa e Luís Carlos Prestes? (...) A resposta a estas questões só pode ser encontrada na mediação que as diferenças e os contrastes suscitam para a identidade nacional. Não se trata de uma reificação, acima e além da história, mas de um exercício de nacionalidade de que cada um a seu modo praticou. Se mais não fosse, a

¹³ Número de Estados percorridos entre 1924 e 1927. Com a criação do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, e em 1988, do Tocantins, a *Expedição* percorreu 17 Estados.

¹⁴ Bernardi, José Alexandre. *Dossiê Expedição Sagarana: nas trilhas da Coluna Prestes*. 1987. Não publicado. p.05.

¹⁵ Pimentel, *op.cit.*, p.83.

Expedição é uma saga, um campo aberto e indefinidamente infinito. Lugar de trilhas e caminhos, de Prestes e de Rosa.¹⁶

O tempo presente, a realidade, apresentava-se para José Alexandre como “tempos de desesperanças, descaminhos e descréditos, quando percebemos perplexos que estamos nos transformando nos estereótipos dos homens que aspirávamos a ser”¹⁷. A reflexão abre o capítulo “Guimarães Rosa: um apaixonado pelo sertão”. Bernardi ressalta a necessidade de se encontrar a identidade pessoal e nacional em uma rotina externa àquela estabelecida pelas obrigações convencionais defrontadas por uma vida em sociedade:

Onde procurar a nação que perdemos para construir o país que sonhamos? Inúmeras são as trilhas que levam a nós mesmos, mas somente aquelas que nos apaixonamos trazem a essência daquilo que procuramos. (...) Pela paixão recuperamos nossa humanidade, nossa identidade. (...) Trilhar as andanças guerreiras de Prestes e os textos mágicos de Rosa: eis as pretensões descabidas de um grupo de pessoas recém ingressas na brutalidade do real¹⁸.

A identidade, resultante de um processo de apropriação simbólica do real, denota-se na expressão da memória quando o sujeito emite suas opiniões, quando confere sentido aos gestos. Para Maria de Lourdes Janotti, o ator se torna sujeito de seus próprios atos, percebendo seu papel singular na totalidade social em que está inserido¹⁹.

Durante o período da viagem, atividades cotidianas ficariam suspensas: o médico não atenderia em seu consultório ou no hospital, o professor não ministraria suas aulas. Tornava-se necessário encontrar um sentido para a existência, ou modificá-lo a partir das descobertas conseqüentes

¹⁶ Bernardi, *op. cit.*, p. 05.

¹⁷ *Idem*, p. 09.

¹⁸ *Ibidem*, p. 09.

¹⁹ Janotti, Maria de Lourdes Mônico & Rosa, Zita de Paula. “História Oral: uma utopia?” *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, São Paulo: set.92/ago.93, pp.7-16, p.13.

desta busca movida pela paixão, soterrada pela desilusão da contemporaneidade. No desejo de suspensão do cotidiano e de busca pela identidade, os viajantes recorreram então ao emprego da Literatura e da História, segundo Bernardi:

A gente ia pelo meio do Brasil, pro centro do Brasil, por sertão, tinha um tema histórico, tinha um trajeto histórico, e aí a gente queria um espírito, pra ir pra esse sertão. E o espírito é o Guimarães Rosa, a alma da Expedição é o Guimarães Rosa. Então a gente cruzando Prestes com Rosa a gente ia de maneiras diferentes para dentro do Brasil. E pra dentro do Brasil e pra dentro de nós mesmos, né? Que a nossa nacionalidade vem mais de fora do que da gente mesmo²⁰.

O capítulo do Dossiê encerra-se com citações de várias obras do escritor mineiro sobre o sertão. Referido como o lugar que “é dentro da gente”, ou que “está por toda parte”, o sertão não é situado como o espaço geográfico por excelência; ele é remetido ao tratamento, pontual do século XX, atribuído por Euclides da Cunha e Guimarães Rosa:

Guimarães Rosa foi o único escritor brasileiro com capacidade e sensibilidade de perceber o outro que é o sertanejo. E toda a visão do outro que a gente tem do sertanejo é uma visão européia, é uma visão estigmatizada. Guimarães Rosa fala na linguagem do outro, que é uma linguagem desconcertante. Então ele dá voz pro sertanejo pela primeira vez. Não que o sertanejo não tenha voz, o sertanejo não tem voz na nossa estrutura social. Ele é marginalizado²¹.

Na procura pelo reconhecimento da nação e, conseqüentemente, de si, os viajantes recorreram à fundamentação histórica, a partir da delimitação do percurso com a expectativa de contato com as testemunhas diretas da Coluna Prestes, sujeitos históricos de um outro tempo. Insere-se, assim, a proposta de abordagem metodológica da História oral. A

²⁰ José Alexandre Bernardi, Fita 1, lado A.

²¹ Bernardi, Fita 1, lado A.

narrativa constituída por estes elementos, no entrelaçamento da ficção literária e do fato, forneceria subsídios para a construção de um determinado conhecimento histórico. Deparamo-nos aqui com o registro da intenção dos viajantes em promover a produção de documentos motivados pelo contato com a historiografia, até então pautada em documentos escritos:

Consultando a bibliografia referente à Coluna, constatamos que o único aspecto que ainda não foi devidamente explorado é o que se refere à história oral da população, ou seja, as lembranças, impressões, estórias; dos contemporâneos da Coluna ainda vivos e seus descendentes. A Expedição Sagarana procurará preencher essa lacuna através de tomada de depoimentos e entrevistas das populações que habitam as localidades por onde a Coluna passou²².

A perspectiva de empreender uma ação que foge aos limites impostos pelo cotidiano leva à crença, por parte de José Alexandre, na transmutação da narrativa de uma viagem em produto comercial dirigido à classe média. Poderíamos inferir da declaração abaixo a vontade de assumir uma postura ativa frente a um seguimento social. Colocar-se como representante de uma classe dotada de forte poder de decisão no cenário político – pelo seu potencial consumidor – e expor as possibilidades de interferência no cotidiano estabeleceriam subsídios para uma futura ação coletiva:

(...) como o movimento geral do Brasil, da sociedade brasileira, principalmente da classe média, é de apatia, é de passividade, é de paciente diante da realidade brasileira, então a classe média, o mercado consumidor do Brasil, necessita de pessoas que o faça, que tenha qualquer atividade. Que atue sobre a realidade, né? Então qualquer tipo de atuação sobre a realidade interessa a classe média, que ela se sinta satisfeita sem sair da poltrona. Ela se vê personalizada naquela pessoa que tá atuando sobre a realidade. É o caso, por exemplo, do Amir Klink, né? Que é uma aventura apaixonante. Então qualquer coisa que inclua aventura, ou ciência, qualquer tipo de arrojo cultural

²² Bernardi, *op. cit.*, p.16.

ou científico aventureiro, interessa à classe média ou ao mercado consumidor²³.

Ao lançar mão do papel da mídia para intervir na percepção da classe média sobre um determinado momento da história do país, e ocupar-se de alimentar as aspirações por aventura deste extrato social, José Alexandre pretendia oferecer subsídios para uma ação transformadora por meio da democratização do saber histórico produzido ou, dentro de uma dinâmica de passividade que caracteriza o consumo, oferecer a oportunidade de ser remunerado por efetuar o que este grupo não se sujeitaria a fazer. Trata-se de uma operação ambígua quando percebemos a iminência da fetichização do saber histórico em sincronia com um movimento em que o recurso à história teria como objetivo fazer com que a sociedade se voltasse para a sua consciência.

O movimento de busca pela memória, convertida em objeto de consumo é notado por Le Goff no trecho a seguir:

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retrô, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vende bem²⁴.

Pode-se inferir, entre outras concepções, o uso da memória para atender aos interesses específicos de um determinado grupo. Sobre a tentativa de construção de uma memória única, Nilson Moulin Louzada, no capítulo intitulado “Diferentes suportes para a memória”, atenta para o perigo dessa operação. Seria possível estabelecer em cada geração, e em cada período

²³ Fita 1, lado A.

²⁴ Le Goff, *op. cit.*, p.466.

histórico, quais grupos sociais e que critérios determinam o que deve ser preservado? Louzada acredita não ser possível a construção de uma memória única, pois a multiplicação dos registros – os suportes da memória – já não a permite: “Por exemplo, se nos restringíssemos a guardar apenas a memória de ‘valentes’ e ‘sábios’, mesmo que se tratasse de contestadores de ordens estabelecidas, universos inteiros seriam imediatamente colocados em segundo plano, temporariamente, ou até mesmo perdidos”²⁵.

Louzada busca compreender, em seu texto, as diversas fontes para a memória, os suportes usados há séculos e os atuais, surgidos com as tecnologias mais recentes. Ressalta ainda a ampliação dos suportes da memória, o que os tornariam cada vez mais acessíveis a diversos grupos sociais:

Se, ao longo do tempo, e de forma muito acelerada nas últimas décadas, o domínio técnico contribuiu para ampliar os suportes da memória e torná-los cada vez mais acessíveis a diferentes grupos sociais (a película cinematográfica, o vídeo, os gravadores, as câmaras populares de fotografia, o disco, etc), os registros da diversidade das experiências sociais e dos valores culturais tornam mais premente a necessidade de questionar os critérios que definem quais são as fontes e formas mais abrangentes para tentar dar conta da multiplicidade de vivências e lutas, que engendram sem cessar em toda e qualquer formação social²⁶.

Estes pontos também podem ser vistos na discussão de Jacques Le Goff, que remete à reflexão sobre o papel do historiador no sentido de que este, nas palavras do escritor Witold Kula, “deve - paradoxalmente - lutar contra a fetichização da história (...). (...) deve reagir, mostrando que nada está inscrito antecipadamente na realidade e que o homem pode modificar as condições que lhe são impostas”²⁷. Ainda na discussão de Le Goff, este

²⁵ Louzada, Nilson Moulin. “Diferentes suportes para a Memória”. In: *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, pp.13-16. p.16.

²⁶ Louzada, *ibidem*, p.16.

²⁷ Le Goff, J., *op cit.*, p.145.

movimento de veneração, identificado na fala de José Alexandre, é sintomático de uma necessidade da sociedade de alimentar a busca a sua identidade, “de se alimentar num imaginário real”. Esta busca justificaria o sucesso que a história tem nas sociedades e o papel da media como difusora deste conhecimento, mas transformando-o em produto para o consumo²⁸. Sinaliza também para a natureza desta iniciativa que lança mão de recursos científicos para apurar um material de estudo sobre a memória do país.

O trabalho com o conhecimento, mediado pela ação política para transformar a sociedade, como uma das propostas da viagem, e a motivação histórica, remeteriam à figura política de Luís Carlos Prestes. Bernardi tenta desvincular a viagem da idéia de uma possível motivação ideológica, voltada para o pensamento dentro do Partido Comunista, quando se envolve o nome do ex-revoltoso. Em texto não publicado, escrito dez anos após a Expedição, Bernardi relata que o grupo sofreu rejeição por parte das empresas nacionais e dos meios de comunicação, em 1988, “em função do estigma que o nome Prestes ainda causava”²⁹. A declaração a seguir é da entrevista realizada antes da viagem:

[...] não tem nenhum componente político, política partidária. Mas é político. E a gente entende político qualquer relação que existe entre seres humanos. Então uma relação de pesquisa, que se vai desenvolver conhecimento é uma relação política. Uma relação entre pessoas é uma relação política. É que o pessoal no Brasil pensa que política é política partidária. Desse modo, nesse aspecto, não tem política partidária, ideologia, mas é política, porque nós vamos captar e desenvolver determinados conhecimentos que a gente pretende transformar... que esses conhecimentos ajam de maneira a contribuir para a transformação da sociedade, então, é política. [...] porque é uma relação de poder. Não política partidária³⁰.

²⁸ Le Goff, J, *ibidem*.

²⁹ José Alexandre Bernardi. “Expedição Sagarana: nas trilhas da Coluna Prestes”. Não publicado, 1998, p.5.

³⁰ Bernardi, entrevista ao jornal *O Monte Sião*, Fita 2, lado A.

A crônica da viagem seria escrita em quatro diários³¹, visando um posterior confronto com os registros de Lourenço Moreira Lima³², advogado que serviu voluntariamente na rebelião militar de 1924, em São Paulo, e na Coluna Prestes. Como secretário da marcha, Lima relatou o cotidiano dos combatentes rebeldes com ênfase nas batalhas e nos atos de bravura dos jovens soldados. O escritor Jorge Amado, autor de *O Cavaleiro da Esperança*, assim o definiu:

Seus companheiros da Coluna (...) que viam o advogado largar a pena de cronista para tomar o fuzil durante os combates, impávido e furioso contra o inimigo, chamavam-no de “Bacharel Feroz”. Era o civil junto aos tenentes chegados da Escola Militar do Realengo e da Força Pública de São Paulo para o sonho de um Brasil melhor. Eram as letras, a cultura jurídica, as profissões liberais, o jornalismo, que se incorporavam ao grande movimento, início de todo um ciclo (...). Lourenço Moreira Lima representou a nós todos, civis e intelectuais, na Coluna Prestes³³.

A Expedição tomou como referência o diário de Moreira Lima para traçar o mapa da viagem, considerando que muitos locais, como as fazendas em que a Coluna se hospedava e alguns povoados, não se encontram em mapas atuais. Os acidentes geográficos – descritos com ricos detalhes pelo advogado, entre as batalhas ou durante a caminhada da Coluna – receberam maior atenção da Expedição para os registros fotográficos³⁴.

Finalmente, no anexo do dossiê, encontramos as provas documentais do apoio institucional recebido pela Expedição por parte do Arquivo Edgard Leuenroth, Centro de Pesquisa e Documentação (AEL) e o Departamento de Ciências Sociais, ambos localizados no Instituto de Filosofia e Ciências

³¹ Bernardi, *op. cit.*, p.13.

³² Lima, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Omega, 3 ed., 1979.

³³ Amado, Jorge. “O Bacharel Feroz”. In: Lima, *op. cit.*, p.07.

³⁴ Faraco, José Cláudio. “Aspectos Geográficos”. In: Bernardi, *op. cit.*, p.18.

Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)³⁵; também a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), cumprimentava o seu aluno do curso de História, Tobias José de Oliveira Ferraz, por participar da elaboração do projeto da Expedição³⁶. Em Monte Sião, a Fundação Cultural Pascoal Andreta, responsável pelo Museu Histórico e Geográfico da cidade, também manifestou apoio, igualmente fez a Sociedade Brasileira de Espeleologia e a Operação Tatus II³⁷.

A Expedição Sagarana iniciou a sua viagem em uma data simbólica, no dia cinco de julho de mil novecentos e oitenta e oito, sessenta e seis anos após o levante do Forte de Copacabana. Sessenta e quatro anos também tinham se passado da revolta promovida por militares do Exército e da Força Pública de São Paulo, em 1924.

³⁵ O primeiro, emitido em 04 de novembro de 1987, assinado pelo, então diretor do AEL, professor Marco Aurélio Garcia; o segundo tem a assinatura do Chefe do Departamento de Ciências Sociais, professor Edmundo Fernandes Dias, no dia 05 de novembro de 1987.

³⁶ Assinado pelo professor Ruy Rodrigues Machado, no dia 03 de novembro de 1987.

³⁷ Trata-se de certificados das participações de José Cláudio Faraco, como fotógrafo, e de José Alexandre Bernardi, como médico, da *Operação*.

[capítulo quatro]

A viagem

A *Expedição Sagarana* partiu de Monte Sião, cidade localizada no interior do Estado de Minas Gerais, a 484 km da capital, e 180 km de São Paulo, conhecida como “a capital nacional do tricô”. Não temos dados estatísticos sobre a principal fonte de renda, a produção têxtil, em 1988, mas sabe-se que era notável a transformação da cidade que atraiu, naquela década, um considerável fluxo migratório rural-urbano da região e de outros Estados. José Alexandre Bernardi, em entrevista ao *Jornal da Tarde*¹ na véspera da viagem, acreditava ser aquele o momento de se criar na cidade um centro cultural devido ao acúmulo de capital promovido pela produção em escala industrial das malhas em tricô. E a *Expedição Sagarana* constituiria uma das primeiras ações desta nova fase cultural da cidade².

Pelos registros do livro do fotógrafo da *Expedição*, José Cláudio Faraco, os viajantes se despediam de Monte Sião sob um sol forte que espantava o frio matinal. Era compreensível a curiosidade de alguns dos habitantes que deixaram naquela manhã suas máquinas de tecer, cortar e costurar, os balcões das lojas, para observar o movimento à beira da praça Prefeito Mário Zucato, em torno do veículo da viagem.

O ponto mais pitoresco da cidade é sempre lembrado pelos visitantes devido aos ciprestes podados em formas de símbolos e animais, desde a década de 1940, pelo operário filho de imigrantes italianos Estevam Comune³. Mas a atenção naquele dia voltava-se para a faixa suspensa sobre a rua, ao lado da praça, no qual estava escrito *Desejamos sucesso total à Expedição Sagarana. Café Monte Sião*; e para uma perua Veraneio dourada com uma placa na parte superior que trazia o título *Expedição Sagarana: nas trilhas da Coluna Prestes*.

¹ Fita número 5, lado A. Entrevista concedida no dia 04/07/1988.

² O Museu Histórico e Geográfico da cidade é fundado em 1986.

³ Guireli Júnior, Lourenço. *Viajando pela cidade das malhas*. Osasco, SP: DDM, 1999. p.65

E o que eles faziam de tão importante, a ponto de mobilizar os alunos das escolas, os repórteres de veículos de imprensa de alcance nacional como o *Jornal da Tarde* e até da Rede Globo de Televisão?

A atenção voltava-se para o médico sanitarista José Alexandre Bernardi, 31 anos, o fotógrafo e professor de geografia José Cláudio Faraco, 39 anos, e o estudante e operador da bolsa de valores Ronaldo Fioravanti Jaconi, 28 anos. Três homens jovens, solteiros e, a partir daquele momento, desempregados. Os registros das duas únicas câmeras de vídeo existentes na cidade, e as fotografias de Cláudio Faraco, também guardam os acontecimentos desse dia.

Aos que ficaram, familiares e amigos, restaram a expectativa e a saudade. Os demais, conterrâneos pouco informados sobre as intenções da viagem, uns tomados pela curiosidade e outros pela desconfiança, referiam-se à viagem pela alcunha de *Expedição Sacanagem*.

Memórias de um cego

Passados quatro dias na estrada, alternados com visitas a duas cavernas no Vale do Ribeira, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, os três viajantes da *Expedição Sagarana* chegaram em São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul. Lá foi concedido o primeiro depoimento sobre a Coluna pelo Sr. Antenor Medeiros Pinto, 82 anos. Tinha dezenove anos, em 1924, quando servia o Exército como sargento. Os viajantes encontraram-no em debilitado estado de saúde, cego em decorrência de três atropelamentos, resistindo frente às péssimas expectativas médicas.

Em sua casa de madeira, sentado à cama, ele contou como ocorreu e a sucessão de revoltas no Rio Grande do Sul no final do mês de Outubro de 1924. Sediado a 300 km de Porto Alegre, o Batalhão de Engenharia de Santo Ângelo, conhecido como o Ferrinho, revoltou-se sob a liderança do capitão Luís Carlos Prestes, oficial-engenheiro deste batalhão. O relato do Sr. Antenor, em vista dos registros historiográficos, contém marcas identificáveis em outras fontes de estudo. O historiador Antonio Torres Montenegro, em seu artigo sobre relatos orais como fontes de estudo, atenta-nos para este caráter e acrescenta a reflexão a respeito da dimensão da memória que “mesmo quando coincide ou reproduz os significados sociais institucionalizados, oferece

elementos para reflexão acerca da força das marcas das histórias que se tornaram hegemônicas”⁴.

Neste aspecto, merece atenção a forma como o sargento pauta a sua narrativa pelos feitos de caráter militar:

A Coluna começou aqui nesta zona, arrebentou em Santo Ângelo, no dia vinte e nove de outubro de 1924. O Prestes comprometeu com um grupo de generais de levantar Santo Ângelo, São Luiz e São Borja. Você vê, e levantou as três guarnições no dia vinte e nove de outubro de 1924. Bueno. Aí formou um exército aqui em São Luiz e São Borja, e abandonou Santo Ângelo. Nós ficamos entre aqui e São Borja. Briguemo com a força do Exército, que era contra nós, no município de Itaqui. Lá fomos derrotados porque nós éramos só 150 homens e a gente que veio brigar com nós era quase mil. E o nosso comandante era um capitão chamado Benévolo, Anibal Benévolo. Aliás, coisa muito boa, jóia de homem. E o sargento que trabalhava na metralhadora morreu. E ele pegou a metralhadora e morreu também! Aí, eu levantei o resto do pessoal e escapemo dali, viemo pro rio Içamaquã e tinha muita gente acampada, até foi engraçado. Já era fins de Novembro, eu era sargento do Exército, lá fui promovido a tenente⁵.

A exemplo do que o Sr. Antenor nos conta, a promoção de patente conferida aos soldados pelos atos de coragem denota o costume típico da prática militar sendo incorporado no cotidiano da revolta⁶. Podemos considerar o ato como um incentivo para que os soldados permanecessem no grupo. Motivados, os soldados dificilmente abandonariam o posto em situação de constante exposição ao perigo, garantindo, assim, um número significativo de combatentes para as futuras manobras.

Em São Luís das Missões reúnem-se as tropas rebeldes remanescentes dos levantes também empreendidos nas cidades gaúchas de São Borja e Alegrete e é decidida, com Luís Carlos Prestes, a retirada para Foz do Iguazu

⁴ Montenegro, Antonio Torres. “História Oral: caminhos e descaminhos”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 13, n. 25/26, pp.55-65, p.57.

⁵ Antenor Medeiros Pinto, Fita 1, lado A.

⁶ Campoi, Isabela C., *op.cit.*, p.107.

sob a sugestão de Isidoro Dias Lopes, em vista do ataque das tropas organizadas pelo governo para reprimir as rebeliões no Rio Grande do Sul⁷. Ao narrar a marcha rumo ao Paraná, o Sr. Antenor conta aos viajantes sobre o combate na região da Ramada, próximo a cidade gaúcha de Palmeiras. Na batalha em que a coluna gaúcha defronta-se com uma força inimiga na madrugada de 3 de janeiro de 1925, foram contados quarenta mortos e cem feridos, por parte dos rebeldes⁸. Contudo, em seu depoimento, o ex-soldado se detém a um outro detalhe:

(...) fomos brigar na Ramada no dia três de janeiro, que o Prestes tava fazendo vinte e sete anos. Eu até fiquei sabendo da idade dele, aquele dia, porque ele tava fazendo um mapa lá numa carona e saiu o primeiro tiro de canhão. E o comandante da minha brigada, era um coronel, e ele disse “vai lá perguntar pro Prestes o que é que nós vamos fazer”. E eu fui. Aí ele disse: “diga lá pro fulano que isso não é nada. Eles estão festejando meu aniversário, que hoje eu to fazendo vinte e sete anos”. Então eu fiquei sabendo que a idade dele era aquela. E nunca me esqueci. Agora [1988], no dia três de janeiro ele fez noventa anos...⁹

Ao lembrar-se de um fato público, elementos convencionais como as datas, lugares e nomes dos comandantes pautaram a narrativa do ex-tenente revolucionário¹⁰. A relevância do seu testemunho é instituída pela forma como articulava o momento em que se encontrava inserido na situação de revolta contra o governo. Para a psicóloga Ecléa Bosi, quando se trata do relato de um momento político no tempo presente da entrevista, “o caráter unidimensional com que ele vê os fatos públicos dá à sua memória uma notável transparência ideológica. É a força de identificação que faz do seu testemunho uma peça de representatividade”¹¹.

⁷ Carone, Edgard., *op. cit.*, p.55.

⁸ Macaulay, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977, p.66.

⁹ Antenor Medeiros Pinto, Fita 1 (A) p.1.

¹⁰ Bosi, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.453.

¹¹ *Idem*, p.462

As observações do jovem soldado, e que sobreviveram na memória do Sr. Antenor, também se voltavam para aspectos administrativos da tropa militar. A demonstração de interesse pelas informações que poderiam subsidiar táticas futuras, além de denotar curiosidade, conferia segurança na decisão de permanecer em marcha:

Aí a coluna encostou lá num lugar, chamado Monteagudo, colônia militar, aí sobre a barranca do rio Uruguai, divisa com a Argentina. Encostou ali. Mas ele fez aquilo – era uma tática, eu não fiquei preocupado, não sabia – pensei que a Coluna ia imigrar tudo ali. Mas a Coluna ia muito grande e nós tinha muito pouca arma, nós era mais ou menos, armado, uns mil e duzentos homens. E a Coluna, quando saiu daqui, saiu com quase quatro mil! Foi contado ali, na esquina de São Miguel: três mil e quinhentos e poucos homens. Eu falei com o oficial que contou. Ele tava contando a história, quando tava na estrada, nós cruzamos, depois eu voltei, parei, quando acampou e fui falar com ele e disse: “quantos homens deu?”. Porque eu era muito curioso¹².

O caminho rumo ao estado de Santa Catarina fora bloqueado pela força do governo após o combate em Palmeiras, as tropas rebeldes então se deslocaram para a Argentina, no Alto Uruguai. Na região, como narra o historiador Neill Macaulay, localizava-se uma das mais densas florestas da América do Sul, região hostil aos gaúchos que tinham acompanhado a coluna. As trilhas da floresta, encharcadas pelas chuvas torrenciais da estação, e a escassez de gado, necessário para os churrascos estimados pelos gaúchos, levaram à deserção de quase metade da tropa, que tinha, segundo o autor, 2.000 soldados e oficiais. Na fuga para a Argentina, efetuada pela travessia de balsa pelo rio Uruguai, os soldados levaram consigo suas armas e munições¹³.

Os motivos da rebelião para o Sr. Antenor aparentemente não estavam claros, ao admitir que os desconheciam. A única referência sobre o inimigo, a

¹² Antenor Medeiros Pinto, *op. cit.*, p.2

¹³ Macaulay, Neill, *op. cit.*, p.79.

figura do presidente da República, é assegurada pela relação pautada pela confiança e admiração entre o soldado e o chefe militar:

[Luís Carlos Prestes] Como revolucionário é uma coisa extraordinária! O senhor acredita que este homem não tinha medo de nada? A coluna, às vezes, ficava com medo e ele lá, bem na calma. Porque os generais se afrouxaram. Mas ele sabia, a revolução é do Exército. Porque naquela época quem governava o Brasil era um tal de Artur Bernardes e eu não sei porque que o Exército rompeu com o Artur Bernardes, que o Prestes dizia pra nós: “enquanto o Artur Bernardes tiver no poder nós temos que estar na coxilha”. E ficou! Ele só emigrou pra Bolívia, na coluna, em dois anos (...)¹⁴.

No que se refere à memória histórica relativa à Coluna, o Sr. Antenor reelabora e estende a sua dimensão espacial e os caminhos percorridos pelo registro histórico. Em suas lembranças, as grandes dificuldades estratégicas superadas pela marcha seriam vistas novamente em momento posterior, no registro que eternizaria estes feitos. A força da idealização da figura de Prestes como líder militar da coluna, permeada pelo caráter heróico, manifesta-se em sua memória histórica:

Nós fizemos sabe quantos quilômetros? Cento e vinte e sete mil quilômetros! Sabia? (...) Esta quantidade de quilômetros, quem escreveu o livro, que diz que a Coluna andou cento e vinte e sete mil quilômetros? A mulher do Luís Carlos Prestes, que se chamava Olga Benário. Ela é uma alemoa[sic], que fugiu do Itli [Hitler] e se casou com ele na Rússia. Essa mulher fez um livro. Eu também num li, mas gente que leu me disse. Olha, ela no livro, ela escreveu lá, na Rússia, decerto ele [Prestes] disse. Porque ele sabia. Ele tinha de cor, e eu acho que ele tem até hoje. Porque a memória dele tá melhor que a minha!¹⁵

¹⁴ Antenor Medeiros. Fita 1 (A).

¹⁵ Antenor Medeiros Pinto, fita 1 (A), p. 8.

Nota-se aqui a exaltação de figuras públicas e reconhecidas pelos seus feitos notórios a ponto de convertê-las em figuras míticas, capazes de empreender feitos que extrapolem os limites do possível. Apoiado nas idéias de Jean Pierre Vernant, Jacques Le Goff considera que o tempo e memória reelaborados nesse sentido são vistos como o afastamento da história, “o esforço de memorização, predicado e exaltado no mito, não manifesta o vestígio de um interesse pelo passado, nem uma tentativa de exploração do tempo humano”¹⁶.

Na referência ao tempo presente, com suas preocupações alimentadas por um passado permeado pelas idéias de revolução, o Sr. Antenor esforçava-se em denotar a sobrevivência das idéias de um personagem ativo da política nacional, garantidas pela experiência como combatente rebelde da Coluna, no passado, e pelo conflito com o estado debilitado de saúde do presente que o impedia de prosseguir em sua vida política:

Mas eu já escrevi uma carta até para o... até pra esse... que tá no governo... José Sarney! Quando começaram a lambança (...) escrevi uma carta hipotecando a minha solidariedade a ele dizendo que ele seria o governo do Brasil, “queira o povo, ou não queira, será! Espero que Vossa Excelência assumo e faça uma Carta Magna e que possa conseguir expulsar os traidores desse país.” Mandei pra ele. E ele não me respondeu, mas ele recebeu! E agora eu ia lhe escrever outra, mas não posso mais sair, eu perdi a visão. Não posso fazer nada¹⁷.

Seguindo o trajeto que corresponde ao retorno da Coluna, que no final de 1926 rumava para o exílio na Bolívia, foram entrevistados pela expedição o Sr. Abel Lemos Siqueira, 86 anos, e a sua esposa, dona Clarinda Lemos Siqueira, 81 anos, em Paraúna, Goiás. Em 1926, na iminência de um encontro com as tropas rebeldes, perseguidas pelos soldados do governo, o casal foge para o mato em companhia dos outros moradores.

¹⁶ Le Goff, J., *op. cit.*, p.434.

¹⁷ Antenor Medeiros, Fita 2, lado B.

Dois encontros com os rebeldes

Não seria aquela a primeira vez em que o Sr. Abel se depararia com os rebeldes. Em 1923, servira ao Exército em Ipameri, Goiás. Logo depois, o jovem Abel fora convocado para combater os soldados remanescentes da Rebelião de 1924, que se encontravam no oeste do Estado do Paraná. Durante nove meses, no posto de oficial da artilharia, o soldado se deparou com as mais variadas privações decorrentes de uma situação de guerra que marcaram as suas lembranças, relatadas com a ajuda da sua esposa e sua filha, que não fora identificada pelos viajantes.

José Alexandre: A tropa do senhor foi atrás dos revoltosos, pelo Brasil?

Clarinda Lemos: Eles até foram lá... Pra onde é que chama... Paraguai! De lá eles entraram e eles vieram aqui pro Mato Grosso, daqui eles vieram pra cá, pra Goiás. Aqui eles tiveram muito tempo girando, no Goiás.

Ronaldo Jaconi: O que mais marcou, a senhora lembra do que ele contava, mais vezes? O que ficou mais marcante pra ele?

Clarinda: Sempre ele contou... Mas era com o combate que ele tava [incompreensível], ele era metralhador. E será que como metralhador era mais perseguido... (...) entrincheirado, crueza! Quando eles chegavam nas fazendas, que eles passavam, eles comiam mais moranga assada, mandioca...

José Alexandre: A senhora disse que ele ficou entrincheirado, né? Que local que ele ficou entrincheirado, perto de Foz do Iguaçu?

Abel: Na beira do rio, daquele rio, como se chama?... Rio Paraná!

Filha: Disse que no Paraná também eles foram atingidos por uma, uma...

José Alexandre: Doença?

Filha: Não, não é doença, não. É um parasita que chamava muquirana. Entrava assim na costura da roupa, não tinha jeito de dormir com aquela roupa, sabe? E aquilo incomodava o dia inteiro

porque ficava na costura dos culotes, por todo lado, parecendo um piolho. Dizem que incomodava demais eles, sabe?

Filha: Fome eles passaram demais, né? Que a comida era péssima. Eles contam que quando eles chegavam na beira desses rios fazia muita comida de carne de capivara, mas as carnes, quando chegavam usar já estava com mau cheiro. Naqueles panelões, arroz era sem lavar, e aquelas carnes de capivara...

Abel: Ah, eu não comia!

Na impossibilidade de confrontar este depoimento com outros de natureza semelhante, na intenção de montar um quadro sobre o cotidiano das tropas legalistas que combateram os rebeldes do levante de São Paulo, a análise aqui pode se restringir às informações sobre as condições em que os soldados profissionais se defrontavam em situação de combate: a escassa alimentação que os levava à fome e os obrigava a cometer saques às plantações das fazendas, bem como o uniforme em condições precárias com qual tinham que marchar, combater e dormir. Temos, então, lembranças selecionadas pelas ouvintes do Sr. Abel que, por sua vez, tomou estas informações como representativas de um tempo em que viveu sob a condição de oficial do Exército brasileiro:

Filha: E, então, meu pai fez amizade com o cozinheiro, e ele dava jabá para o meu pai comer e também ele fez ralinho. Onde que tinha mandiocal ele ralava mandioca e tinham frigideirinha e combinou, fez amizade, com o cozinheiro, e então ele fazia aqueles jabá, biju, né? Biju, e comia com jabá. Torrava farinha à noite, na frigideira, pra poder fazer uma paçoca, uma farofa, pra comer melhor. O milho, ele descascava o milho a noite inteira, com canivete, pra fazer canjica. Então ele repartia com o cozinheiro. Fazia canjica e eles cozinhavam e comiam. Então, eles se alimentavam melhor por isso. Mas o resto comia tudo aquelas comidas... péssimas!

José Alexandre: (...) Voltou em 1925. Voltou muito magro, doente?

Clarinda: Voltou gordo que só vendô!

Filha: A prova ta aí, né? A fotografia dele...

As memórias do Sr. Abel, portanto, pautavam-se pela violência, não por aquela imposta pelos combates, mas pela soma de dificuldades de sobrevivência ao cotidiano de guerra. A seletividade se insere como uma das características fundantes da memória. Elementos como a cultura, o inconsciente, a história individual e coletiva, segundo Antonio Torres Montenegro, seriam constitutivos das formas de relação que se estabelecem entre o sujeito e o acontecimento histórico vivenciado cotidianamente¹⁷.

O caráter seletivo da memória também incide na abordagem de momentos semelhantes da mesma passagem da História, porém, com outras fontes. Nesse sentido, poderíamos ter no texto de Todd Diacon, sobre as tropas do Exército que perseguiram a Coluna Prestes, um exemplo de registro pautado por documentos escritos, como cartas emitidas por oficiais de alta patente a uma autoridade política, que revelam um Exército composto por soldados “fracos” e “incompetentes” para combaterem os rebeldes que empreendiam elaboradas estratégias de guerrilha pelo interior do país¹⁸. Contudo, a natureza oficial do documento não permite que sejam registradas informações de detalhes sobre o cotidiano das tropas e suas condições de subsistência, tal como notamos nas declarações do Sr. Abel.

O encontro com os exilados

Enquanto o teor político pauta as declarações do sr. Antenor, proporcionado pela sua participação na Coluna, veremos na entrevista concedida por D. Julia Gavari à *Expedição*, na cidade boliviana de San Mathias, uma outra perspectiva. Aos 79 anos, Gavari relatou a experiência de medo

¹⁷ Montenegro, A. T. *op. cit.*, p. 56.

¹⁸ A seguir o trecho sobre as condições das tropas: “The war correspondence of General Mariante and other officers, their reports and observations, seemingly lend credence to the accepted description of a weak, even incompetent federal army offering but limited chase after the rebels. In a May 1926 letter to the Minister of War, General Mariante despaired over his poorly trained, lazy, “unfit for service” soldiers. Only the simplest orders could be given so as to avoid costly misunderstandings. In a letter to President Artur da Silva Bernardes,

atribuída aos revoltosos que passaram pela fazenda de sua família em direção ao exílio na Bolívia, com 620 homens, em janeiro de 1927:

Eu lembro bem! Sucede que uma noite dessa nós já sabia, que essa Coluna tava vindo, tava espeitando e de repente passam por minha casa, por fora. Meu pai tava velhinho já, minha mãe também velha e ficamos fora, esperando, de noite, e pusemos uns couro de boi e aí deitamos. Porque diz que a gente pondo o ouvido na terra, de longe escuta o tropear dos cavalos, né? (...) mais ou menos dez horas da noite ouvimos. Fugi pra dentro aonde tava o meu pai e minha mãe e eles cercaram a casa. “Pra dentro, passa pra dentro”, me falaram. Mas eu escapuli deles. E fui adiante e caí num poço. Eles não me viram, porque tinha duas, três empregadas, minha irmã, meu irmãozinho. Mamãe fugiu com o mais pequeno. (...) Aí eles ficaram aí, nos escondemos, pra escutar e disse “vão matar papai”. Esperamos grito, algo, nada! Ouvia só conversa e conversa. Aí saíram fora, foram na cozinha e eu vi que fizeram um par de fogo, fazer café (escutei a máquina de moer café). Eles tomaram o café e começaram a [incompreensível] toda a casa.

A lembrança vívida pode ser notada pela riqueza de detalhes com que D. Júlia tece o seu depoimento. Podemos imaginar o susto que a jovem sofreu em companhia da sua família ao se deparar com homens e mulheres sujos, famintos e doentes em decorrência da travessia da região do Pantanal, no Mato Grosso, acompanhados por nuvens de mosquitos, caminhando com a água pelo peito, após perderem seus cavalos. A alimentação era escassa – o gado desaparecera na fronteira com a Bolívia – restando apenas palmitos, segundo os registros de Macaulay¹⁹. Segue, abaixo, a continuação do relato de D. Júlia:

Mariante complained of “the precarious state of the armed forces, whose value as an instrument of national security is practically null.” From the governor of Minas Gerais the General humbly requested state troops to support his federal efforts, explaining that his federal forces were simply not capable of pursuing Prestes.” In: Diacon, Todd. “Searching for a lost army: recovering the history of the Federal Army’s pursuit of the Prestes Column in Brasil, 1924-1927” In: *The Americas*, vol. 54, n. 3, jan., 1998, pp.409-436, [http:// www.jstor.org/](http://www.jstor.org/) Wed, Dec, 7, 12:54, 2005. p.415.

¹⁹ Macaulay, N., *op. cit.*, p. 227.

Aí levaram... o que tinha era carne de boi seca, tinha bastante, eles levaram, farinha de mandioca, levaram, que outra coisa? Vinho! Tinha vinho, tinha cachaça, era fábrica. Eles levaram vinho de [incompreensível] papai fabricava vinho e só ele que fabricava. Meu pai era francês. E minha mãe era brasileira. Mas sei que ficaram aí, levando tudo que eles achavam. Perguntaram de dinheiro e papai, de tarde, já sabia que podiam passar por aí, pois naquele tempo não tinha dinheiro de papel era só essas moedas. E tínhamos uns quanto saquinhos dessa moeda e mandou enterrar. Num terreno, enterrou. Porque sabíamos que eles iam procurar dinheiro. “Não tem dinheiro?”, perguntavam. E papai falou “Não tenho, sou pobre, num tenho dinheiro... viram umas quantas moedas que tinham aí?”. “Ah, esse não vamos levar. É só pra dar de comer galinha. Não vamos levar esse.”²⁰

A situação aflitiva presente no relato de D. Julia denota o contato, em âmbito privado, com uma situação pública que marca a memória política da moça que tinha cerca de 18 anos. Seu relato detalhado revela costumes cotidianos de uma região fronteira que são de apreciável valor cultural, como estender o couro do boi ao chão para ouvir a vinda de um grupo numeroso de pessoas. A rica narrativa ainda conta sobre a presença chocante da Coluna – caracterizada pela violência destacada pelas notícias – conversando com o seu pai e preparando café em cenas que seriam comuns se vividas por pessoas conhecidas do seu círculo social. A expectativa de roubo de víveres, com que se sustentaram os revoltosos durante toda a marcha, fora concretizada, mas não a de violência física direcionada aos seus familiares. O relato de D. Julia, carregado por tensões emotivas, é relevante também pela sua lembrança plácida da figura de Prestes:

Mas tudo, na casa, tava revirado: todos baús, todas as roupas do gado, tudo. Mas num fizeram nada! Não fizeram nada pra mim, levaram só as coisas. Então papai falou: “matem uma galinha, fazer um quebra-torto, caldo”. Nós sem dormir, sem comer. Aí tava a empregada fazendo, quando escutamos outra vez, os revoltosos. Aí fugi outra vez! Mas aí, sim, não pude fugir. Era de dia, eles me viram. Cercaram a casa, “pra dentro!” me falaram.

²⁰ Julia Drulh Gavari. Fita 1 (A), p.1.

Aí tava Prestes, depois eu soube. Barbudo, quase todos tinham barba...Toda a roupa rasgada, as calças toda rasgada, butim tudo furado. Mais pareciam esses malandros mesmo! Ai eles pediram que fizéssemos um quebra-torto pra eles, e fizemos, comeram. E eu tinha uma bandolina pendurada. Apanharam a bandolina, começaram a cantar, tocar na bandolina. Comeram e procuraram o que tinha pra levar, e não tinha porque tudo eles tinham levado eu não tinha nada. Ai eu perguntei se podia sair da casa. E ele disse “não, a senhora vai ficar aqui até nós ir embora. Não te vamos fazer mal”, falou Prestes, “ninguém vai fazer mal. Aqui é Bolívia ou Brasil?”. Ai eu disse que era o Brasil. E sumiram, outra vez me deixaram²¹.(...) Mas o destino deles era Gaiba, conhecem? Ai eles moraram. Dai foram embora, se esparramaram. Num dia eu vi no jornal do Brasil o nome de Prestes, que ele tava no governo!

No depoimento de D. Júlia, assim como nos outros, evidencia-se a forma como a testemunha reconstitui os significados socialmente definidos e o que são registrados cotidianamente na memória e, em outros momentos, a forma como o acontecimento histórico vivido se constitui em um território de experiências, transcendendo ao socialmente estabelecido²². D. Julia, por exemplo, no trecho a seguir, relata-nos suas impressões sobre Luís Carlos Prestes:

D. Julia: ... mas o Prestes, eu pensei que era um desses preton, né? Branco, bonita pessoa.

José Alexandre: - Baixinho?

D. Julia: - Não, alto! Com barba, ele era branco educado, duma boa conversa. Gostei muito dele, depois a gente teve amizade com ele. E vi que num fez nada a minha casa, só levaram o necessário pra comer: rapadura, açúcar, carne seca, farinha, feijão. Tudo o que tinha na casa eles limparam.

Nos excertos acima transparecem alguns elementos que podemos ter como traços da memória do encontro entre D. Julia e Prestes de um encontro conturbado, num primeiro momento, e logo depois convertido em um contato

²¹ Julia Drulh Gavari. Fita 1 (A), p.2.115 Montenegro, A. T., op. cit., p. 56-57.

²² Montenegro, A. T., op.cit., p.56-57.

em que predominou o sentimento amistoso. O temor prévio alimentado pela impressão deixada pelos maltrapilhos recém-chegados é dissipado pelos gestos educados do líder da Coluna. Pode-se perceber pelo depoimento que tal simpatia configura-se, entre outros motivos, pelo compartilhamento de uma situação em que não era mais preciso elaboradas decisões militares, motivo pelo qual Prestes conquistou admiradores durante a marcha. Mesmo em vista da situação em que a vida de sua família foi colocada em risco, D. Julia não demonstra ressentimentos relativos a Prestes, observa-se a situação inversa.

Podemos refletir sobre a interposição do mito como possível elo entre a *Expedição* e o episódio da Coluna, registrado pela historiografia, pesquisado pelos viajantes no intento de se reconstituir a marcha em caráter político e histórico, como vimos nos trechos do Dossiê e nas declarações antes da viagem. Os elementos fornecidos pelas memórias das testemunhas, colhidas pelos viajantes, abrem possibilidade para o estudo sobre o mito. A investigação na história contemporânea brasileira, relativamente aos vestígios deixados pela Coluna no quadro da memória coletiva, faz-se necessária para averiguarmos as motivações desta viagem e, em âmbito histórico, refletirmos sobre a temporalidade em que este mito persiste. Le Goff nos sugere que “nas perspectivas da nova problemática histórica, o mito não é só objeto da história, mas prolonga, em direção às origens, o tempo da história, enriquece os métodos do historiador”²³. A idéia do historiador francês torna-se oportuna para discutirmos o mito em torno da figura do “Cavaleiro da Esperança”, epíteto atribuído a Prestes e consagrado pelo escritor Jorge Amado.

A obra *O Cavaleiro da Esperança*, do escritor e membro do Partido Comunista, Jorge Amado, é vista como uma primeira tentativa de biografar a vida de Luís Carlos Prestes. A idéia veio à luz ainda durante o Estado Novo, patrocinada pelo PCB, e teve como objetivo primeiro a libertação de Prestes da prisão. Jorge Amado escreveu uma biografia romanceada da vida do líder comunista com base na estética stalinista do culto à personalidade. A obra

²³ Le Goff, *op. cit.*, p.56.

figura como um testemunho da construção do mito do “Cavaleiro da Esperança”²⁴.

Temos na palavra grega *mythos* o sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade. Podemos ainda, tomar o sentido antropológico da palavra, como sugere a filósofa Marilena Chauí, no qual essa narrativa é “a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”²⁵. Se observarmos as condições em que Prestes fora cogitado a fazer parte do Partido Comunista, como nos mostra Paulo Sérgio Pinheiro, temos elementos para nossa investigação sobre a formação do mito em torno da figura do líder da Coluna:

Um elo na confluência das concepções de insurreição, na vaga revolucionária do terceiro período, e das perspectivas militaristas do tenentismo (ou da Coluna Prestes mais, especificamente) é o encontro de Luís Carlos Prestes com o comunismo. (...) Os comunistas tomavam os efeitos da imagem das proezas do Cavaleiro da Esperança junto às populações urbanas, às classes médias dos grandes centros do país, como articulação de liderança e influência²⁶.

Conforme a citação, os feitos de Luís Carlos Prestes como líder militar justificariam o seu ingresso numa organização política que tinha em seus planos uma alternativa de tomada do poder pela luta armada. De líder revolucionário militar, Prestes passa a ser identificado como líder político e cogitado para ser o representante brasileiro do comunismo internacional. Podemos inferir, num primeiro momento, que a memória de seus feitos difunde-se no imaginário político brasileiro, de modo a colocar na mesma

²⁴ Pansardi, Marcos Vinícius, “Prestes por si mesmo”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: nº. 12, jun. 1999, p. 177-181, p.177. Acesso: 30 de maio de 2006, 16h20min.

²⁵ Marilena Chauí. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 9.

²⁶ Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 209-210.

esfera a memória da sua participação na Coluna Prestes e a memória da vida política em sua posterior adesão às idéias do Partido Comunista.

A metodologia de história oral, em que podemos nos aproximar da memória, é utilizada neste trabalho como um caminho a ser percorrido na busca de uma interpretação para uma viagem de motivações históricas e suas implicações. Quando nos voltamos para estes motivos percebemos pessoas comuns tentando vivenciar na prática as indagações sobre a sociedade em que vivem. Apoiados nas idéias de Le Goff sobre a memória, quando diz que esta é “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”²⁷, podemos sugerir essa busca, por parte dos viajantes da *Expedição*, identificada na empatia pela postura política frente ao exemplo da figura de Luís Carlos Prestes que, no passado, expôs publicamente suas insatisfações com o poder político vigente.

Pode-se inferir, a partir da reflexão de Ecléa Bosi, que, em 1988, os viajantes, após organizarem as suas referências do seu objeto de pesquisa, vão ao encontro de um grupo portador de lembranças fragmentadas sobre um momento passado, pertencente à história do país e, conseqüentemente, ao encontro das imagens que se formam em torno de Prestes:

As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência²⁸.

A ação de promover uma viagem com motivações históricas pode se justificar pela busca da memória histórica de um movimento militar promovido por jovens rebeldes, cuja memória é centrada na figura de um personagem em torno do qual se reúnem as atenções de diferentes grupos sociais, simpáticos ou não à causa defendida, para que se configurasse um

²⁷ Le Goff, J., *op. cit.*, p. 469

²⁸ Bosi, E., *op. cit.*, p.414.

cabedal de informações em vista de uma possível manifestação desta fração da sociedade civil. Dotada da capacidade de oferecer meios de guarda e organização das memórias expostas pelas testemunhas, a História oral seria o primeiro passo desta instrumentalização da memória, pela sua “enorme possibilidade de se constituir em uma comunidade de ouvintes”, como nos indica Montenegro. Nesse sentido, o autor ressalta a importância do vínculo estabelecido entre ouvinte e narrador, o qual se coloca como a possibilidade de mergulhar em universos “onde a vida se projeta por inteira; ouvinte e narrador se encontram em uma rede indissociável”²⁹.

Os traços deixados de um período marcado pela transição política também podem nos oferecer meios para a reflexão sobre os silêncios relativos a um movimento de contestação da política vigente estabelecidos naquele momento. Nesse sentido, as reflexões trazidas pelo texto do filósofo Edson Teles indicam-nos a ressignificação das atividades englobadas pelos crimes contra a humanidade como as prisões, a tortura e o desaparecimento de opositores ao regime como técnicas também empregadas na tentativa de calar o passado. Ainda apoiando-nos nas reflexões de Teles, podemos dizer que o velamento da memória política residiria nas transições, nos sistemas democráticos de organização política que sucederam os regimes autoritários. A soma destes fatores, entre outros, seria comprometedores na preservação da memória:

Por meio de uma sociedade sem intimidade com os eventos do passado, a herança de tais regimes impõe aos seus cidadãos celebrarem o esquecimento e se contentarem com a consumação do instantâneo, do que se vive a cada momento, sem acesso às idéias formadoras da cultura. Nas democracias pós-autoritarismos, a memória é ameaçada pela eliminação das informações, mas também por sua perda de valor. Com uma ação menos brutal, porém com maior eficiência, cada cidadão torna-se o agente consentido da política do esquecimento³⁰.

²⁹ Montenegro, *op. cit.*, p.64

³⁰ Teles, Edson Luis de Almeida. “Pensar e agir: narrativa e história na filosofia de Hannah Arendt”. In: *Revista História Hoje*, volume 3, n° 9, abril de 2006. <http://www.anpuh.org/> Página consultada no dia 11/09/2006.

O esquecimento, com o objetivo de estabilização da sociedade, refletiria-se, portanto, na redução do investimento na política. Com isso, verificamos como se operou, por meio da memória deixada pelos registros produzidos pelos viajantes, os significados de uma viagem com propósitos de aventura, motivada pela paixão e pela busca de elementos para compor uma base de investigação sobre a sociedade contemporânea.

[conclusão]

O escritor Alceu Amoroso Lima, na primeira metade do século XX, elaborou quatro etapas características da psicologia da viagem passíveis de observação na experiência de 1988: a *preparação*, a *realização*, a *volta* e a *evocação*¹. O registro destas etapas localiza-se no *Dossiê*, na entrevista concedida pelos viajantes ao jornal de Monte Sião, antes da partida, nas fotografias de José Cláudio Faraco e nas publicações dos veículos de comunicação de massa como as rádios e as redes de televisão locais².

Para a evocação da *Expedição Sagarana*, os viajantes publicaram ainda duas reportagens no começo dos anos 1990 e um texto comemorativo dos dez anos da viagem, escrito em 1998, que não fora publicado até então. A revista de circulação nacional e periodicidade semanal, *Manchete*³, na edição de dezembro de 1990, estampou em oito páginas repletas de fotografias, uma aventura de fundo histórico sobre a expedição. Na revista italiana *Avven i Menti*⁴, seis páginas retratam a viagem com um aparte sobre a história da Coluna Prestes. Destaca-se a ilustração do mapa do Brasil em que elementos relativos à Coluna – o trajeto sinuoso e a fotografia de Luis Carlos Prestes na Bolívia – dividem o mesmo espaço com referências alusivas à *Expedição*: os parques nacionais instituídos em período posterior e a *Albertina*⁵, a perua Veraneio cedida aos viajantes quando estes não conseguiram um veículo adequado por meio de patrocínios.

¹ Lima, Alceu Amoroso. *Europa de hoje*. Rio de Janeiro: Agir, 1951, p.13. *apud* Pimentel, Thais Velloso. “Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras.” In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 25, jul./01, p. 81-120. p.88.

² Da coleção de quatro diários do acervo, apenas o exemplar do fotógrafo José Cláudio Faraco estava disponível para a pesquisa, e será publicado em forma de livro. Ele relata sobre as paisagens e a sua indignação diante do quadro político e econômico nacional do ano de 1988.

³ *Manchete*, Editora Bloch, 01 dez. 1991, pp.76-83.

⁴ *Avven i Menti*. 12 de agosto, 1992.

⁵ “E a mais bela e formosa de todas, Albertina, a bela Albertina, cuja cabeça de mártir caiu no seu momento de bondade e de heroísmo”. In: Amado, Jorge. *O cavaleiro da esperança: vida de Luis Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1985. p.119.

Este trabalho, cuja tentativa foi de elucidar os motivos que levaram três pessoas a empreenderem uma viagem dotada de proporções grandiosas, encerra-se aqui deixando algumas possibilidades abertas para pesquisa. A abordagem das entrevistas através dos procedimentos da história oral apresentou-se, de forma introdutória, como uma destas possibilidades. O acervo de fontes orais, em relação ao que fora analisado, ainda se encontra inexplorado. As 2.000 fotografias, também.

Vemos como estas pessoas trouxeram à tona elementos da memória a respeito de um momento registrado pela historiografia, ou isento de vínculos afetivos com o presente sob a perspectiva de História para Halbwachs, na forma aparente de um trajeto, apresentada de forma casual, e que se converteu na fonte de aspirações de um grupo pela busca de se compreender uma sociedade em transformação.

Os documentos orais, sob a análise teórica e metodológica podem constituir um arcabouço de informações capazes de suscitar novas reflexões sobre a Coluna Prestes. Ressalta-se, contudo, a necessidade de se aprofundar o estudo sobre o período em que esses documentos foram produzidos a partir de uma perspectiva mais abrangente, pois assim poderemos identificar elementos de uma dinâmica pertencente ao momento histórico e às indagações que moldaram o caráter das declarações de entrevistadores e entrevistados.

[fontes e bibliografia]

Acervo da *Expedição Sagarana*:

Impressos

Bernardi, José Alexandre (org.). Dossiê. *Expedição Sagarana: história e memória nas trilhas da Coluna Prestes*. Monte Sião, MG, não publicado, 1988.

Revistas

Manchete, Editora Bloch, 01 dez. 1991.

Avven i Menti. 12 de agosto, 1992.

Entrevistas

José Alexandre Bernardi, José Cláudio Faraco e Ronaldo Jaconi, para o jornal *O Monte Sião*. 01/04/1988.

Sr. Antenor Medeiros Pinto.

Srs. Abel Lemos Siqueira e Clarinda Lemos Siqueira.

D. Julia V. da Gavari.

Bibliografia Citada

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1983.

- BRUM, Eliane. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 1994.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. *A Coluna Prestes: práticas cotidianas em uma guerra de movimento 1927-1927*. Assis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2001.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", em Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano*, vol.2, n. 9. São Paulo: Difel, 1977.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor, "Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora". In: *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, São Paulo: set.92/ago.93, pp.97-103.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIACON, Todd. "Searching for a lost army: recovering the history of the Federal Army's pursuit of the Prestes Column in Brasil, 1924-1927" In: *The Americas*, vol. 54, n. 3, jan., 1998, pp.409-436, [http:// www.jstor.org/](http://www.jstor.org/) Wed, Dec, 7, 12:54, 2005
- DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- FAUSTO, B. "A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930". In: Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, vol.2, n. 9. 1977
- _____. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina, *Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, São Paulo: FFLCH, 1974.
- GARRIDO, Joan Del Alcàzar i, "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". In: *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, São Paulo: set.92/ago.93, pp.33-54.
- GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de Moraes. "Primeira República: um balanço historiográfico". In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 4, p. 244-280. Rio de Janeiro, 1989.
- GUIRELI JR., Lourenço. *Viajando pela cidade das malhas*. Osasco: DDM, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico & ROSA, Zita de Paula, "História Oral: uma utopia?" *Revista Brasileira de História*, vol.13, n. 25/26, set.92/ago.93, pp.7-16.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LOUZADA, Nilson Moulin. "Diferentes suportes para a Memória". In: *O Direito à Memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, pp.13-16, 1992.

- MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1977.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. "História Oral: caminhos e descaminhos". *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n. 25/26. pp.55-65.
- NEVES, Lucília de Almeida. "História Oral: memória e política". In: *Varia Historia*, n. 12. Belo Horizonte: Depto de História da Fafich, 1993. pp. 95-103
- NORA, Pierre, "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, n.º 10. São Paulo, 1993. pp. 7-28,
- O' DONNEL, Guillermo. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- PANSARDI, Marcos Vinícius. "Prestes por si mesmo". IN: *Revista de Sociologia e Política*, n.º. 12pp. 7-28. Curitiba, 1999. pp. 7-28,
- PIMENTEL, Thaís Velloso. "Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras." In: *Varia História*, n. 25, jul./01. Belo Horizonte: Depto de História da Fafich, 2001. pp. 81-120.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política." In: Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano*, vol.2, n. 9.. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análises e depoimentos*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- TELES, Edson Luis de Almeida. "Pensar e agir: narrativa e história na filosofia de Hannah Arendt.". In: *Revista História Hoje*, volume 3, nº 9, abril de 2006. <http://www.anpuh.org/> Página consultada no dia 11/09/2006 às 11:25.
- TRONCA, Ítalo A. *A Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received:

FALTA-NOS: _____

We are lacking:

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications will not be wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (19) 3521.1604 / 3521.1603
Telefax.: (19) 3521.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
pub_ifch@unicamp.br

